

Cadernos *IHU ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 22 | nº 367 | vol. 22 | 2024



Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em História e Verdade (1955)

Bruno dos Santos Nascimento

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 22 | nº 367 | vol. 22 | 2024

**Paul Ricoeur e a
historiografia: primeiros
diálogos em História e
Verdade (1955)**

Bruno dos Santos Nascimento

Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão -
UFMA e membro do grupo de estudos História, Cultura Letrada
e outras Linguagens - HILL/UFMA



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXII – Nº 367 – V. 22 – 2024

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Paul Ricoeur | Gettyimages

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Agradecimento especial ao Prof. Dr. José Vanderlei Carneiro, da UFPI.

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em História e Verdade (1955)

Bruno dos Santos Nascimento

RESUMO: Os primeiros diálogos de Paul Ricoeur (1913-2005) com a historiografia em seu livro de ensaios História e Verdade (1955) é o problema fundamental abordado por este trabalho. Tal interpretação é guiada por três ensaios presentes na coletânea: Objetividade e subjetividade em história, A história da filosofia e a unidade do verdadeiro e História da filosofia e historicidade. Passando pelo problema da objetividade incompleta da história, pois correlata a uma subjetividade historiadora, a hipótese levantada é a de que pode ser feita uma relação frutífera entre a historiografia e a filosofia nesses primeiros escritos de Ricoeur sobre a história, considerando sua abordagem crítica quanto à história da filosofia e às filosofias especulativas da história, por meio da noção de leitura de retomada.

PALAVRAS-CHAVE: História. Filosofia. Filosofia crítica da história.

Paul Ricoeur and Historiography: First Dialogues in History and Truth (1955)

Bruno dos Santos Nascimento

ABSTRACT: The first dialogue of Paul Ricoeur (1913-2005) with historiography in his book of essays *History and Truth* (1955) is the fundamental problem addressed by this work. Such an interpretation is guided by three essays present in the collection: *Objectivity and Subjectivity in History*, *The History of Philosophy and the Unity of the True*, and *History of Philosophy and Historicity*. Going through the problem of the incomplete objectivity of history, since it correlates to a historian's subjectivity, the hypothesis raised is that a fruitful relationship between historiography and philosophy can be made in these early writings by Ricoeur on history, considering his critical approach regarding the history of philosophy and the speculative philosophies of history, through the notion of resume reading.

KEYWORDS: History. Philosophy. Critical philosophy of history.

Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em História e Verdade (1955)

Bruno dos Santos Nascimento

Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA e membro do grupo de estudos História, Cultura Letrada e outras Linguagens - HILL/UFMA

1 INTRODUÇÃO

“Sou historiador de manhã e filósofo à noite”
(Marc Bloch, *Philosophia*, 1902).

“O historiador faz parte da história; não apenas no sentido vulgar de que o passado é o passado de seu presente, mas no sentido de que os homens do passado fazem parte da mesma Humanidade. A história é, portanto, uma das maneiras pelas quais os homens

“repetem” o fato de pertencerem à mesma humanidade; é um setor da comunicação das consciências, um setor cindido pela fase metodológica do vestígio e do documento, um setor, portanto, distinto do diálogo em que o outro responde, mas não um setor inteiramente separado da intersubjetividade total, a qual permanece sempre aberta e em debate” (Ricoeur, *História e Verdade*, 1955).

Jean Paul Gustave Ricoeur (1913-2005)¹ é reconhecidamente um dos filósofos mais lidos pelos historiadores desde a década de 1980, quando conquistou notoriedade entre os membros da comunidade historiográfica francesa com a publicação de sua trilogia *Temps et récit* (1983-1985).² Esta obra robusta marca,

1 Um dos mais importantes filósofos franceses do século XX e um dos mais lidos dentre as ciências humanas devido ao amplo arco de temas desenvolvidos por ele. Para Grondin (2015), Ricoeur não possui apenas uma obra mestra justamente por essa pluralidade de temas, o que o faz considerar alguns de seus livros com maior destaque e proeminência: *A filosofia da vontade* (publicado em dois grandes volumes, em 1950 e 1960), *História e Verdade* (1955), *Da interpretação* (1965), *O conflito das interpretações* (1969), *A metáfora viva* (1975), *Tempo e Narrativa* (três volumes, 1983-1985), *Do texto à ação* (1986), *Si mesmo como um outro* (1990), *A memória, a história, o esquecimento* (2000), *Percurso do reconhecimento* (2004). Ao buscar responder por um fio condutor destes escritos, Grondin afirma que não é possível reduzi-lo a um único tema sem violentá-lo, optando por aproximá-lo de certo tipo de filosofia acolhedora das possibilidades do humano, influenciado pela tradição reflexiva francesa (de Maine de Biran, Ravaisson, Lachelier e Nabert), passando pelo personalismo (de Emmanuel Mounier), até o existencialismo (de Gabriel Marcel e Karl Jaspers), “seu primeiro (e talvez seu constante) canteiro de obras foi o de uma *filosofia da vontade* que desembocou, em seus últimos trabalhos, em um pensamento do homem capaz, ao termo de um itinerário que nunca deixou de levar em conta a contribuição de todas as disciplinas e de todos os campos que tinham algo a dizer acerca das possibilidades do homem” (Grondin, 2015, p. 9-10).

2 Segundo Dosse (2017a, p. 72), “a publicação da trilogia *Temps et récit* entre 1983 e 1985 não podia deixar indiferente por muito tempo toda uma comunidade de historiadores, apesar de na época ela estar muito satisfeita consigo mesma, acomodada no conforto do triunfo público da escola dos *Annales*, depois de rebatizada

juntamente com o livro *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000), o conjunto das principais contribuições de Ricoeur ao campo historiográfico, pois tematizam problemas caros aos historiadores, como o tempo, a narrativa historiográfica, os conceitos de explicação, de compreensão histórica, assim como a memória, o esquecimento, a consciência histórica e a verdade histórica. Nessas obras, assistimos a um filósofo se aproximando de questões epistemológicas, metodológicas e ainda, sob uma perspectiva ontológica e ético-política, de problemáticas antes restritas e/ou pouco evidenciadas dentro da comunidade de historiadores franceses.³

Todavia, nosso esforço neste trabalho monográfico é o de demonstrar que o interesse de Ricoeur pela epistemologia da História remonta à década de 1950, com a publicação de uma coletânea de ensaios intitulada *Histoire et Vérité* (1955),⁴ portanto quase 30 anos antes da publicação de *Tempo e Narrativa*. Esta recolha

de 'nova história', apresentando a natural tendência a rejeitar qualquer diálogo com a filosofia, em nome mesmo da profissão de historiador". Os primeiros a debaterem a obra de Ricoeur foram Michel de Certeau, "aquele espantoso franco atirador, transgressor de fronteiras disciplinares" (Dosse, 2017a, p. 72-74), Éric Vigne e Roger Chartier, que inclusive participaram das jornadas à obra de Ricoeur em junho de 1987, com trabalhos publicados posteriormente pela revista *Esprit*, em número dedicado a ele. Roger Chartier notabiliza que um dos grandes méritos da obra de Ricoeur é "romper com a tradição dos historiadores franceses que consiste em recusar as intervenções de filosofias da história, estranhas à prática histórica" (Dosse, 2017a, p. 72-74), e mesmo estabelecendo distância e manifestando estranheza como historiador às reflexões de Ricoeur, ainda declara *Tempo e Narrativa* como a obra sobre história mais importante dos últimos dez anos (a contar de 1988, data em que tece esses comentários).

3 "Ricoeur, ao contrário das intervenções habituais dos filósofos no terreno da história, atravessou as obras de Braudel, Duby e Furet, para só citar alguns, sendo, portanto, um dos raros filósofos a não se contentar com metanarrativas sobre a história. Ele assimila assim o verdadeiro trabalho de pesquisa histórica" (Dosse, 2017a, p. 74).

4 Ricoeur (1968).

de ensaios do filósofo francês foi publicada entre as partes primeira e segunda de seu projeto de *Filosofia da Vontade* (1950-1960), onde, pela primeira vez, coloca a História no centro de sua reflexão.⁵ Dessa forma, comentando a obra de 1955, assinala Jean Grondin:

Ela está hoje talvez na sombra das grandes obras posteriores sobre a história, mas contém todos os seus botões com o frescor de seu primeiro desabrochar. Ela demonstra – se necessário fosse – que Ricoeur foi, desde o início, um vigilante pensador da história, que ele havia experienciado a contragosto durante seus anos no cativeiro. A história representa a encarnação por excelência do involuntário e o teatro de toda a nossa ação.⁶

Para Breno Mendes, entretanto, desde a primeira obra de Ricoeur, *Karl Jaspers e a filosofia da existência* (em parceria com Mikel Dufrenne), publicada em 1947, o filósofo já apresentava algum tipo de reflexão sobre a história. Observando que Ricoeur apresenta modulações ao longo do tempo quanto ao seu pensamento filosófico sobre a história, o historiador assinala que o aparecimento de *História e Verdade* marca de fato a estreia de Ricoeur em um debate mais próximo da história (como palco do acontecer social e ontológico) e da historiografia. Diz Mendes neste contexto: “a filosofia da história passa a se desdobrar em diálogo com a filosofia da historiografia”.⁷

5 Segundo Mendes (2019, p. 78), “podemos detectar uma importante mudança em relação à postura de *O voluntário e o involuntário* em que o filósofo procurou colocar entre parênteses as variações culturais e históricas sobre o tema da vontade humana. Um bom ponto de passagem entre a abordagem eidética e a filosofia da história teria sido o texto *Husserl e o sentido da história* [...] porém, Ricoeur preferiu deixá-lo de lado por julgá-lo como um estudo filosófico de caráter muito técnico”.

6 Grondin (2015, p. 43).

7 Mendes (2019, p. 78).

Qualificados como “escritos de ocasião” por seu autor, *História e Verdade* reúne textos procedentes de discussões em grupos de trabalho, colóquios e congressos dos quais Ricoeur participou, não possuindo um desenvolvimento interno ou encadeamento de uma reflexão que integre os temas abordados. Contudo, mesmo admitindo este caráter desarmônico, Ricoeur procura articular estas produções em uma certa ordem “graças ao parentesco de ritmo e tema, e graças, sobretudo, a certa consonância voluntária cuja regra procuro aqui descobrir, criticando-me a mim mesmo”.⁸ Dessa forma, o filósofo francês agrupa os textos que compõem o livro em dois polos: um polo metodológico e um polo ético. O primeiro, compreendendo a primeira parte do livro, “Verdade no conhecimento da história”, se direciona “à significação da atividade histórica”, que engloba questões concernentes ao ofício dos historiadores, como sua exigência de objetividade – qualificado como “Perspectivas Críticas” – até o problema da significação total ou final da história – qualificado como “Perspectivas Teológicas”. O segundo polo, compreendendo a segunda parte da obra, “Verdade na ação histórica”, vai em direção ao que o filósofo chamou de “uma crise da civilização”, sob orientação de uma reflexão de “certas propulsões civilizadoras de nossa época”, visando a constituição de uma “pedagogia política”, qualificado sob a égide do “Personalismo”, “Palavra e ‘práxis’”, “A questão do poder” e “Poder de afirmação”. Desse modo,

Se foi todavia possível dividir em dois grupos esses diversos ensaios, o que mais importa a meu ver é, antes de mais nada, aquilo que chamei de início o parentesco de ritmo; um ritmo único mantém com efeito unidas as

8 Ricoeur (1968, p. 7), Prefácio da primeira edição, 1955).

duas preocupações acima evocadas e cuja proporção apenas se inverte na primeira e na segunda partes. *Recuso-me energicamente a dissociar a elucidação dos conceitos diretores segundo os quais procuramos pensar na linha da verdade nossa inserção na história, da preocupação de intervir ativamente na crise de nossa civilização, por um testemunho na linha da verdade, da força e da eficácia da reflexão.*⁹

Nosso recorte visa uma interpretação epistemológica, atravessada pela dimensão ético-política, de três textos da primeira seção, “Perspectivas críticas”, da primeira parte, “Verdade no conhecimento da história”, de *História e Verdade*, sendo estes: *Objetividade e subjetividade em história*;¹⁰ *A história da filosofia e a unidade*

9 Ricoeur (1968, p. 7-8, grifo nosso). Aqui identificamos um traço da filosofia da história de Ricoeur que aparecerá insistentemente nas obras das quais a história é protagonista: uma articulação entre reflexão metodológica ou epistemológica e a dimensão ético-política da experiência humana: “Para além dos textos de *História e Verdade* este vínculo está presente, por exemplo, no círculo hermenêutico conhecido como tripla mimesis. Para o filósofo francês, quando Aristóteles definiu a intriga como mimesis da ação (*mimesis praxeôs*), ele garantiu uma continuidade entre os campos ético e poético-narrativo, através da referência que ambos fazem a práxis, à ação humana, que já é dotada de valores. Isto é, narrar uma história não é somente uma operação intelectual, mas está ligada à orientação da nossa vida prática. Uma articulação semelhante encontra-se em *A memória, a história, o esquecimento*, quando a memória é compreendida não apenas como um fenômeno produtor de sentido para o passado. Em sua fenomenologia da memória há espaço para a análise do dever de memória, que enquanto imperativo de justiça, demandado após os acontecimentos extremos do século XX, está inscrita numa problemática moral. A preocupação com uma justa memória capaz de equalizar os excessos de memória e os abusos de esquecimento também faz parte das preocupações ético-políticas, para não mencionarmos as controversas reflexões sobre o perdão” (Mendes, 2009, p. 79-80).

10 Texto de uma comunicação às *Jornadas pedagógicas de coordenação entre o ensino da filosofia e o da história* (Sèvres, Centro Internacional de Estudos Pedagógicos), dezembro de 1952.

do verdadeiro¹¹ e *História da filosofia e historicidade*.¹² Defendemos, com base nesses ensaios, uma relação estabelecida por Ricoeur entre epistemologia da História, história da filosofia e filosofia da história. Ancorando sua abordagem na “muralha de rigor” da cientificidade histórica do primeiro ensaio, discutida por ele por meio dos conceitos de objetividade e subjetividade, Ricoeur desenvolve, em nossa visão, por desenvolvimento temático – daí a escolha desses três artigos – uma crítica à história da filosofia, por meio de uma leitura de retomada da História dos historiadores, uma vez que esta primeira se constitui por uma aporia interna entre a busca por um sentido totalizante e a análise singularizada das obras filosóficas.

Ainda, transpondo essa aporia interna da história da filosofia para a historiografia, entendemos que há também neste campo uma tensão entre o particular e o geral que determina a própria existência da História como ciência. Nossa abordagem visa, portanto, ultrapassar as análises correntes entre os historiadores que tratam desse livro, que se interessam quase exclusivamente no primeiro ensaio da coletânea, *Objetividade e subjetividade em história*, por conta do seu teor metodológico ou por demonstrar algum tipo de gênese de ideias que seriam melhor desenvolvidas em obras posteriores de Ricoeur, principalmente em *Tempo e Narrativa*. Nosso caminho interpretativo, por conseguinte,

11 Publicado primeiramente em alemão em *Offener Horizont, Mélanges em l'honneur de Karl Jaspers* (Piper, Munique, fevereiro de 1953), na França, publicado na *Revue Internationale de Philosophie*, n. 29.

12 Apareceu em *L'Histoire et ses interprétations*, colóquios com Toynbee (Paris-La Haye, Mouton, 1961), acrescentado na segunda edição de 1964. Todas as referências de origem desses textos podem ser verificadas no fim do livro de Ricoeur, a partir da tradução brasileira por nós utilizada, de 1968 (Ricoeur, 1968, p. 339).

será outro.

Balizamos nossa análise sobre os textos escolhidos de *História e Verdade* a partir das considerações feitas por Maria Villela Petit sobre uma possível articulação entre *Tempo e Narrativa* e *História e Verdade*.¹³ Segundo a autora, o paralelo entre as duas obras não se legitima facilmente, primeiro porque o próprio Ricoeur não estabelece essa relação em seus escritos, fazendo, contudo, a relação de sua trilogia dos anos 1980 com a obra *A Metáfora Viva* (1975), que, segundo o filósofo, foram pensadas conjuntamente.¹⁴ E, segundo, porque a possível articulação entre as duas obras esconde uma armadilha:

Ela parece sugerir a fácil (ainda que falaciosa) analogia “orgânica”, que nos convida a considerar uma obra madura como contida em embrião numa obra anterior. Uma analogia dessa ordem teria pouco valor heurístico porque, para seu detrimento, *nela o tempo não passa de um fator de maturação, ao invés de ser considerado como um tempo propriamente humano, isto é um tempo de iniciativas, de trabalho, de encontros*.¹⁵

Também chamada de “prolepse” por Quentin Skinner no campo da história intelectual,¹⁶ a “analogia orgânica” imputa ao tempo uma esterilidade comprometida com a lógica interna das próprias obras, como

13 Petit (2007).

14 Como explica Ricoeur no prólogo do primeiro tomo de *Tempo e Narrativa: La Métaphore vive* [A metáfora viva] e *Temps et récit* [Tempo e narrativa] são duas obras gêmeas: publicadas uma após a outra, foram concebidas juntas. Embora a metáfora remeta tradicionalmente à teoria dos gêneros literários, os efeitos de sentido produzidos tanto por uma como pela outra remetem ao mesmo fenômeno central de inovação semântica. Em ambos os casos, esta se dá apenas no nível do discurso, ou seja, dos atos de linguagem de dimensão igual ou superior à frase (Ricoeur, 1994).

15 Petit (2007, p. 6, grifo nosso).

16 Skinner (2005).

ideias evoluídas na passagem de uma à outra. No caso de Ricoeur, Petit chama atenção para a ampliação do círculo de interlocutores do filósofo, que passa a incorporar paulatinamente, por exemplo, os temas e as contribuições da filosofia analítica do mundo anglo-saxão. Daí nossa posição cautelosa de não aprofundar demasiadamente questões inerentes à *História e Verdade* que aparecem de maneira transformada por esses circuitos de conexão em obras posteriores de Ricoeur sobre a História.

Dessa forma, a autora se esforça em elencar três aspectos gerais concernentes à História que estariam presentes no pensamento de Ricoeur desde a publicação da recolha de ensaios de 1955: (1) Neles o tempo já é considerado uma força dispersora e difusora, e a narrativa já é considerada um trabalho de síntese e composição graças ao qual surge o significado. (2) A desconfiança de Ricoeur com relação à filosofia da história “substancialista” estava patente desde *História e Verdade*. (3) O interesse de Ricoeur por uma epistemologia não positivista da História (da qual os representantes principais para ele eram Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou) já aparece em suas primeiras obras, tal como seu interesse pelos historiadores da *École des Annales*.¹⁷ Para os fins específicos de nossa empresa, os aspectos (2) e (3) nos serão úteis para a formulação das questões que levantaremos aos textos de Ricoeur. Nossa análise, portanto, visa o exame e a crítica centralizada nos argumentos do filósofo presentes nos ensaios escolhidos para reflexão, sob uma abordagem qualitativa, operacionalizada por meio de bibliografia especializada sobre o assunto.

17 Petit (2007, p. 7).

Sendo assim, a primeira parte do primeiro capítulo mostra brevemente alguns traços da desconfiança dos historiadores franceses, principalmente aqueles ligados ao movimento dos *Annales*, com relação à filosofia e mais especificamente com a filosofia da história. Nossa hipótese para esse primeiro problema é que o ideal de cientificidade do ofício de historiador, para se afirmar como saber cientificamente conduzido, afasta todo pensamento especulativo sobre a história, optando pela pesquisa empírica e metodologicamente conduzida a partir dos vestígios documentais. Nosso argumento central é o proposto pelo próprio Ricoeur, de que a matriz científica francesa se opõe à matriz científica alemã, que é mais reflexiva em termos epistemológicos. A desconfiança dos historiadores franceses seria justificada então pela generalização da filosofia da história ligada à especulação sobre um sentido iminente à história. Por fim, mostramos que tal desconfiança silencia um outro tipo de filosofia da história, de tipo crítico e epistemológico, do qual nos ocupamos a partir das considerações propostas pelas obras de W. H. Walsh, *Introdução à filosofia da história* (1951), e H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico* (1954), livros contemporâneos de *História e Verdade* (1955). A problemática da segunda parte deste capítulo é: como Ricoeur pode ser posicionado nessa discussão? Seria ele um filósofo especulativo ou crítico da história?

O segundo capítulo investiga os argumentos de Paul Ricoeur sobre a cientificidade da História no texto *Objetividade e subjetividade em história*. Optamos por dividir este ensaio em duas partes: a primeira trata do mister próprio do historiador, apoiado na obra póstuma do historiador francês Marc Bloch, *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* (1949), onde o filósofo

localiza as características dominantes de um trabalho historiográfico cientificamente conduzido, ou seja, objetivo. Em seguida, acrescentamos à reflexão uma relação estabelecida pelo autor entre objetividade da História e a subjetividade do historiador, ressaltando os pontos fulcrais dessa conjunção no que o filósofo francês denomina de objetividade incompleta da História. Esta primeira parte do ensaio, portanto, é tema deste segundo capítulo, onde visamos responder aos questionamentos: em que medida pode-se falar de uma objetividade da História? E qual o papel e os perigos da subjetividade do historiador na produção do conhecimento histórico?

A segunda parte do ensaio de Paul Ricoeur, *Objetividade e subjetividade em história*, se concentra em uma leitura de retomada dessa História dos historiadores feita pelos filósofos no âmbito da história da filosofia e é, com *A história da filosofia e a unidade do verdadeiro e História da filosofia e historicidade*, o tema primordial do terceiro e último capítulo.

Para Ricoeur, a história da filosofia oscila entre a busca de sua totalização por meio de uma filosofia da história inconfessada ou oculta no seu interior e um outro tipo que se baseia na busca pela intimidade e singularidade de cada obra filosófica. Visando articular uma leitura dinâmica dos textos-base, nosso intento se concentra em demonstrar que a História dos historiadores, à moda do problema presente na história da filosofia, também oscila entre um tipo estrutural e um tipo acontecimental, de continuidades e de rupturas. Segundo Ricoeur, essa busca pela concretização absoluta de um ou de outro ideal de história relegaria a esta o perigo de seu total aniquilamento enquanto ciência e

enquanto conhecimento de articulação das dinâmicas humanas no plano temporal. Neste capítulo, portanto, visamos responder: como se posiciona Paul Ricoeur a respeito dessas duas leituras filosóficas da História? E no que mais nos interessa: como se estabelece a relação entre História e filosofia por meio dessa bifurcação aporética?

Nossa conclusão atesta de maneira positiva uma relação entre História e filosofia nesses textos de Ricoeur, obedecendo evidentemente as fronteiras e particularidades de cada disciplina e permitindo evidenciar uma lógica interna da própria historiografia, que se organiza entre modelos mais totalizantes e modelos mais particulares de análise.

2 HISTÓRIA E FILOSOFIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ESTRANHESA

O estranhamento e a desconfiança dos historiadores com relação à filosofia já são um assunto clássico das discussões envolvendo a Teoria da História. José Carlos Reis, em livro ambicioso que propõe uma “afinidade profunda” entre História e filosofia, nos atesta esse acirramento:

O diálogo entre historiadores e filósofos raramente foi sereno. Os historiadores alemães ditos positivistas, os historiadores estruturais franceses da Escola dos Annales, os historiadores empiristas ingleses, os historiadores marxistas de todas as tendências, até os historiadores brasileiros, imitadores de todos esses, nunca apreciaram a companhia dos filósofos. Os argumentos antifilosóficos variam, mas pode-se resumí-los a estes: o caráter especulativo, abstrato, apriorístico, teleológico e metafísico da filosofia. Para os

historiadores, os filósofos são excessivamente internalistas, ignoram as mudanças históricas, desconhecem a rugosidade, a aspereza e tensões da experiência, buscam no próprio pensamento uma verdade em si, acreditam que, introspectivamente e lendo-se uns aos outros, poderão encontrar o secreto sentido da história universal.¹⁸

Embora concorde com esses motivos de desconfiança, por entender que a História possui um caráter exterior, objetivo e temporal, apoiada nos “dados externos da memória, nas provas, nos documentos, no tempo calendário, nos anais, na escrita da história já reconhecida, no caráter de investigação da historiografia”,¹⁹ devendo afastar-se, portanto, dos raciocínios introspectivos, especulações, sistemas, dogmas e uma linguagem esotérica, o historiador brasileiro insiste em afirmar um certo erro dos historiadores ao taparem os ouvidos aos filósofos, pois, segundo ele, os próprios historiadores vestem-se de filósofos quando encaram a difícil tarefa de refletir sobre seu próprio ofício:

O equívoco parece-nos enorme, porque os historiadores passam a não compreender a sua própria atividade, a sua própria pesquisa dos homens no tempo. Não a compreendem porque eles próprios são “filósofos” e ao recusarem ou não reconhecerem esta face da sua identidade, desconhecem o que de fato realizam. *Para nós há grande diferença entre a atividade do filósofo e a do historiador, mas não há antagonismo, ao contrário, há uma afinidade profunda.* A afinidade entre filósofos e historiadores é tão profunda que, mesmo se o diálogo entre eles é difícil, continuam se apropriando uns dos outros em silêncio, sem referências, sem

18 Reis (2013, p. 21).

19 Reis (2013, p. 22).

citarem os nomes e obras uns dos outros, sem mencionarem as fontes, o que não é bom para a pesquisa filosófica-histórica.²⁰

Esse argumento de Reis, do qual temos especial concordância, difere drasticamente do posicionamento dos historiadores franceses, principalmente aqueles ligados ao movimento dos *Annales*,²¹ que parecem aglutinar uma ojeriza particular aos filósofos ao representarem um perigo para a cientificidade alcançada pela História no fim do século XVIII e início do século XIX.²² Daí resulta um problemático afastamento entre as disciplinas que pensam suas especialidades de forma incomunicável, mesmo tratando da mesma matéria-prima analítica.

A desconfiança da historiografia francesa é exemplar nesse quesito, pois estabelece um afastamento estratégico com base nas características que são próprias 20 Reis (2013, p. 22, grifo nosso).

21 "Essa escola é, amiúde, vista como um grupo monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método, determinista em suas acepções, hostil ou, pelo menos indiferente à política e aos eventos. Esse estereótipo dos *Annales* ignora tanto as divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo. Talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*, não numa 'escola'" (Burke, 2010, p. 12-13).

22 É o que evidencia Jacques Le Goff nessa passagem onde comenta sobre a filosofia da história, fazendo ecoar as opiniões de dois importantes historiadores franceses pertencentes a gerações historiográficas distintas no terreno científico da História francesa: "Partilho com a maioria dos historiadores de uma desconfiança, nascida do sentimento da nocividade de se misturarem os gêneros e dos malefícios de todas as ideologias que façam recusar a reflexão histórica no difícil caminho da cientificidade. Direi de bom grado, com Foustel de Coulanges: 'Há filosofia e há história, mas não há filosofia da história' (*apud* Ehrard; Palmade, 1964, p. 72); e com Lucien Febvre: 'Filosofar significa [...] dito por um historiador [...] o crime capital'. Mas, também com ele, direi: 'Dois espíritos, é certo: a filosofia e a história. Dois espíritos irreduzíveis. Mas não se pretende 'reduzir' um ao outro. Pretende-se, sim, agir de tal modo que, mantendo-se embora nas suas posições, não se ignorem a ponto de serem, senão hostis, pelo menos estranhos'" (Le Goff, 2003, p. 76).

do tipo específico de filosofia da história ligada à especulação. Como expõe Jacques Le Goff:

Partilho a desconfiança da maior parte dos historiadores de ofício perante essa filosofia da história “tenaz e insidiosa” (Lefebvre, 1945-1946), cuja tendência, nas suas diversas formas, é levar a explicação histórica à *descoberta* ou à explicação de uma *causa única e original*, substituir o estudo pelas técnicas científicas de *evolução das sociedades*, sendo essa evolução concebida como *abstração baseada no apriorismo* ou num conhecimento muito sumário dos trabalhos científicos.²³

Assim como Le Goff, Roger Chartier também levanta algumas características dessa filosofia da história que deve ser posta em suspeita pelos historiadores e a localiza sem espanto na figura de Hegel:

É exatamente Hegel, com efeito, que deve ser resgatado se quisermos compreender corretamente a distância entre as práticas dos historiadores e a representação filosófica da história. [...] *Necessidade, totalização, finalidade*: noções fundamentais que por muito tempo moldaram os discursos filosóficos sobre a história, fiéis em maior ou menor grau a Hegel.²⁴

Essa distância estabelecida entre as práticas dos historiadores dessa representação filosófica da história, sob perfil hegeliano, irá afastar, sobretudo da historiografia francesa, as preocupações de ordem mais epistemológicas. É o que constatamos a partir das considerações de Pierre Chaunu datadas da década de 1960:

A epistemologia é uma tentação que se deve decididamente saber afastar. A experiência destes últimos anos não parece provar que ela pode ser solução preguiçosa naqueles que vão se perder em suas delícias – uma ou duas

23 Le Goff (2003, p. 20, grifo nosso).

24 Chartier (2002, p. 227-228, grifo nosso).

brilhantes exceções nada mais fazem que confirmar a regra –, sinal de uma busca que patina e se esteriliza? No máximo, é oportuno que alguns líderes a ela se dediquem – o que não somos nem pretendemos ser de nenhum modo – para melhor preservar os robustos artesãos de um conhecimento em construção – único título a que almejamos – das tentações perigosas dessa mórbida Cápua.²⁵

No primeiro tomo de *Tempo e Narrativa*, ao discutir o que considera como “o eclipse da narrativa” na historiografia, o próprio Paul Ricoeur comenta sobre uma diferença substancial entre a historiografia de língua alemã e a historiografia de língua francesa. Segundo o filósofo, essas duas formas de escrita da História pertencem a dois universos de discurso bem diferentes. A primeira é ligada a uma epistemologia neopositivista, herdada de Dilthey, Rickert, Simmel, Max Weber e continuada por Raymond Aron e Henri Marrou, preocupada com a reflexão da “estrutura epistemológica da explicação em história”,²⁶ e que nunca foi integrada realmente à corrente principal da historiografia francesa. Já a segunda é ligada a uma desconfiança quanto à filosofia, reduzindo esta à filosofia da história de estilo hegeliano, “ela mesma confundida por comodidade com as especulações de Spengler ou de Toynbee”, prioriza uma abordagem mais metodológica: “o que a escola histórica francesa oferece de melhor é uma metodologia de homens de campo. Por isso, dá o que pensar ao filósofo, tanto mais que não lhe toma nada emprestado”.²⁷

Dessa forma, assumimos que a historiografia francesa por muito tempo afastou as reflexões epistemo-

25 Chaunnu *apud* Ricoeur, 1994, p. 157).

26 Chaunnu *apud* Ricoeur (1994, p. 157).

27 Chaunnu *apud* Ricoeur (1994, p. 158).

lógicas ou as manteve sob a responsabilidade de “alguns líderes” visando preservar a cientificidade que tenha conquistado por meio de um reducionismo da filosofia da história identificada à sua matriz especulativa, sempre referenciada comodamente a Hegel. O que mostraremos na seção seguinte é que a filosofia da história não se reduz somente a uma matriz especulativa, tendo, pois, uma face crítica, na qual buscaremos refletir sobre o lugar específico da filosofia da história de Paul Ricoeur.

2.1 FILOSOFIA ESPECULATIVA E FILOSOFIA CRÍTICA DA HISTÓRIA

Em 1951, Willian Henry Walsh, filósofo britânico e estudioso de Kant, publica *An Introduction to Philosophy of History*.²⁸ Voltado para os filósofos, esse livro se ocupa de uma divisão hoje clássica das filosofias da história, inspirada em uma distinção presente nas ciências naturais: 1. *Filosofia da natureza*, que “volta-se para o estudo do curso real dos acontecimentos naturais, com o objetivo de construir uma cosmologia ou explicar a natureza como um todo”.²⁹ 2. *Filosofia da ciência*, tendo como objeto “a reflexão sobre o processo do pensamento científico, o exame dos conceitos básicos usados pelos cientistas, e assuntos correlatos”.³⁰ Dessa forma, a primeira é uma disciplina especulativa, enquanto a segunda pode ser considerada uma disciplina crítica ou analítica. A partir dessa divisão das ciências naturais, Walsh pensa em uma separação das filosofias da história entre *Filosofia crítica da história* e *Filosofia especulativa da história*. Antes de conceituá-las, é preciso

28 Walsh (1978).

29 Walsh (1978, p. 16).

30 Walsh (1978, p. 16).

vermos o que entende o autor por filosofia da história.

A filosofia da história, para o filósofo britânico, é oriunda da ambiguidade que a palavra “história” carrega. Dessa forma, história remete tanto a (1) “totalidade das ações humanas do passado”, como também (2) “a narrativa ou relato que delas fazemos, agora”. A filosofia da história tradicionalmente ocupa-se desse primeiro aspecto da historicidade humana correlata a interpretações metafísicas e especulativas. Essa posição enxerga a filosofia da história como um produto eminentemente moderno. O filósofo explica:

O problema de quem terá inventado a filosofia da história é controverso: há argumentos que justificam a atribuição ao filósofo italiano Vico (1668-1744), embora sua obra tenha passado em grande parte despercebida na sua época, o que justifica remontar a um passado ainda mais distante, aos textos de Santo Agostinho, ou mesmo a certos trechos do Velho Testamento. Para efeitos práticos, porém, temos razão em afirmar que a filosofia da história começou a ser considerada matéria independente no período que se inicia com a publicação, em 1784, da primeira parte das *Idéias para uma História Filosófica da Humanidade*, de Herder, e terminou pouco depois do aparecimento da obra póstuma de Hegel, *Conferências sobre a Filosofia da História*, em 1837.³¹

Centralizada, portanto, na finalidade e significado do processo histórico, na revelação da trama subjacente da história e na evidenciação de seu curso racional, o tipo tradicional de filosofia da história caracteriza o que o autor chama de *Filosofia especulativa da história*:

31 Walsh (1978, p. 13).

Seu objetivo era chegar a um entendimento do curso da história como um todo; mostrar que, apesar das muitas anomalias e inconseqüências que apresentava, a história podia ser considerada como uma unidade que compreendia um plano geral, um plano que, uma vez percebido, esclareceria o curso detalhado dos acontecimentos ao mesmo tempo em que nos permitiria ver o processo histórico como satisfatório à razão, num sentido especial. E seus expoentes, ao tentarem realizar esse objetivo, evidenciaram as qualidades habituais dos metafísicos especulativos: audácia de imaginação, fertilidade de hipóteses, um zelo pela unidade que não fugia da violência aos fatos classificados como “apenas” empíricos. Pretendiam oferecer uma compreensão da história mais profunda e valiosa do que qualquer coisa que os historiadores pudessem apresentar, uma compreensão que, no caso de Hegel, o maior desses autores, tinha sua base não num estudo direto da evidência histórica (embora Hegel não fosse tão indiferente em relação aos fatos, como pretende ser, por vezes), mas em considerações puramente filosóficas. A filosofia da história, como praticada por esses autores, passou a significar um tratamento especulativo de todo o curso da história, com o qual se esperava revelar seu segredo, de uma vez por todas.³²

De acordo com ele, o segundo modo de pensar a filosofia da história, a de tipo *crítico* ou *analítico*, se configura como uma reflexão sobre as ciências históricas, em particular a historiografia, abarcando um grupo de quatro questões fundamentais:

(a) *A história e outras formas de conhecimento* – relacionada a problemas da ordem mesma dos estudos históricos e a sua relação com outras áreas de conhecimento – “Temos em questão um ponto crucial: o co-

32 Walsh (1978, p. 13-14).

nhcimento histórico é *sui generis* ou terá ele mesmo caráter de outras formas de conhecimento – como o visado pelas ciências naturais, por exemplo, ou o conhecimento perceptual”.³³

(b) *Verdade e fato na história* – esse traço diz respeito às condições de possibilidade de a história chegar à verdade dos fatos por meio das evidências históricas.

(c) *Objetividade histórica* – segundo o autor, o problema da objetividade da História como ciência clama por um exame mais criterioso, pois resvala em problemas relacionados à imparcialidade e nas diferentes visões sobre o passado humano: “os historiadores não conseguiram desenvolver o que se pode chamar de uma ‘consciência geral’ histórica, uma série de cânones de interpretação, aceitos por todos os que se dedicam ao assunto”.³⁴

(d) *A explicação na história* – “Haverá peculiaridades sobre a maneira pela qual o historiador explica (ou tenta explicar) os acontecimentos que estuda? [...] Devemos perguntar que tipo, ou tipos, de “porquê” estão envolvidos na história”.³⁵

Walsh conclui dizendo que esse arsenal de questões pode desembocar em outras questões que na maioria das vezes implica na relação com as demais características-problema. Dessa forma, as questões das quais a *Filosofia crítica da história* trata estão intimamente correlacionadas.³⁶

33 Walsh (1978, p. 17).

34 Walsh (1978, p. 21).

35 Walsh (1978, p. 23).

36 É o que poderemos constatar na análise de Ricoeur sobre a objetividade da história, que mantém diálogo íntimo entre as quatro problemáticas levantadas por Walsh.

Na mesma década em que apareceram tanto o livro de Walsh como o livro de Ricoeur, despontou outra obra notável que pode ser considerada resultante de uma filosofia crítica da história. Agora sob a perspectiva de um historiador, Henri-Irénée Marrou, em 1954 foi lançado o *De la connaissance historique*.³⁷ O título de sua introdução ao livro, *A filosofia crítica da história*, diferentemente do que se poderia esperar como uma delimitação conceitual, evoca o estudo de Walsh e de Raymond Aron,³⁸ e demonstra uma postura ou uma maneira de ver a História:

Espero que ninguém venha a admirar-se pelo facto de, apesar de eu ser historiador de ofício, falar como filósofo. Tenho esse direito e esse dever. É tempo de reagir contra um complexo de inferioridade (e de superioridade: a psicologia revela-nos essa ambivalência e a moral essa astúcia do orgulho) que os historiadores nutriam durante muito tempo relativamente à filosofia.³⁹

O historiador faz severas denúncias ao tecnicismo e ao caráter especializante dos historiadores franceses, principalmente aqueles ligados ao positivismo e aos *Annales*, que, se afastando da filosofia, buscaram seu alinhamento às Ciências Sociais rumo à concretização do seu ideal de cientificidade, deixando como consequência a reflexão sobre as possibilidades do conhecimento histórico em suspenso.

37 Marrou (1975a). Como diria mais tarde o próprio Ricoeur sobre a obra do historiador francês: constituía, logo após a tese de Raymond Aron, a única tentativa de reflexão sobre a história arriscada por um historiador profissional antes de Le Roy Ladurie, em *Les paysans de Languedoc*, e de Paul Veyne em *Comment on écrit l'histoire* (1972) e, evidentemente, antes de Michel de Certeau (pelo menos nas primeiras edições) (Ricoeur, 2007).

38 Aron (1957).

39 Marrou (1975a, p. 8).

Parodiando a máxima platônica, escreveremos no frontão dos nossos Propileus: “Que ninguém entre aqui se não é filósofo”, se não refletiu primeiro sobre a natureza da História e a condição do historiador: a saúde de uma disciplina científica exige, da parte do sábio, uma certa inquietação metodológica, o cuidado de tomar consciência do mecanismo do seu comportamento, um certo esforço de reflexão sobre os problemas emergentes da “teoria do conhecimento” implicados por este.⁴⁰

Denunciador de uma “crise da História”, o historiador francês se apoia na *Segunda Intempestiva* de Nietzsche para declarar um declínio no interesse sobre a História, logo após sua supervalorização no século XIX:

Seria de admirar que este conhecimento tivesse invadido a pouco e pouco todos os domínios do pensamento? O “sentido histórico” converteu-se num dos caracteres específicos da mentalidade ocidental. O historiador era então rei, toda a cultura se encontrava suspensa nas suas decisões. Cabia-lhe a ele dizer como se devia ler a *Ilíada*, o que era uma nação (fronteiras históricas, inimigo hereditário, missão tradicional). Ele é que saberia se Jesus era Deus...⁴¹

A Segunda Grande Guerra, com a ascensão dos estados totalitários, evidenciou o que o autor chama de “diminuição da confiança na História”, como manifestação da crise da verdade. “Nesse mundo transtornado, que lugar resta para a História?”, pergunta Marrou. Desse modo, o autor declara qual a sua intenção ao filiar-se a uma filosofia crítica da história:

40 Marrou (1975a, p. 9).

41 Marrou (1975a, p. 10).

Desde logo, o esforço mediante o qual a nossa filosofia crítica vai tentar fundar em razão a validade da História, aparece não só como uma justificação da técnica que nós professamos, mas também como uma participação no combate pela defesa da cultura, pela salvação da nossa civilização. Mas há muito mais: se a história “científica” se tornou assim suspeita ou desprezível para muitos, nunca se gostou tanto de falar da História, de interpretação, de “sentido” da História.⁴²

A obra de Marrou então perpassa uma série de temas que se enquadram naquele levantamento de Walsh, indo desde a formulação da História como conhecimento objetivo, atrelada também à subjetividade do historiador, passando pelo problema dos vestígios históricos, explicação, compreensão, até desembocar nas questões sobre o plano existencial em História, a verdade histórica e a utilidade da História. Em *História e Verdade*, especificamente no ensaio mais epistemológico sobre a historiografia, *Objetividade e subjetividade em história*, Ricoeur afirma sua “substancial concordância com o livro de H. I. Marrou”.⁴³

A partir dessas duas obras que tematizam a filosofia crítica da história como uma contrapartida às filosofias especulativas da história, seria possível pensar em Ricoeur como um filósofo crítico da história, à moda de Walsh ou de Marrou?

Ricoeur pode ser pensado como um filósofo crítico da história, porém com características que lhe são próprias, como bem demonstra seu interesse pela dialética e pelo tensionamento entre perspectivas epistemológicas ético-políticas e ontológicas, assim como a escolha de pensar por meio de aporias – por exemplo, 42 Marrou (1975a, p. 12).
43 Ricoeur (1968, p. 34, nota 2).

o problema do tempo em Agostinho e Aristóteles na formulação de um tempo da narrativa ou ainda, como mostraremos, na aporia do conhecimento histórico tensionado entre a busca da totalização e da singularidade absoluta.

Ricoeur é, portanto, um filósofo da história de perfil singular, ao optar pela via de uma Hermenêutica Fenomenológica

[...] que considera a elucidação da linguagem como extensiva para além dos significados dos símbolos, por buscar a compreensão de novos objetos: o texto, a metáfora, a narrativa, a ação, a história, o imaginário social e a política. Ricoeur desenvolve assim uma possibilidade de interpretação da nossa pertença ao mundo mediatizada pela linguagem que apresenta uma realidade constituída simbolicamente na plurivocidade; e entre nós e o mundo, entre nós e nós mesmos.⁴⁴

Dessa forma, lemos na introdução de *História e Verdade* o esforço do filósofo pela busca dos “pontos de tensão não resolvida, desejo de reconciliação, desconfiança em relação às soluções prematuras e dialética da síntese protelada”.⁴⁵ Contudo, Ricoeur apresenta também ambivalências com o pensamento hegeliano. Por um lado, a defesa comum entre os dois filósofos em relação a uma mediação entre consciência e história. Por outro, as ressalvas que Ricoeur tem com relação à totalização do sentido histórico, apontando um caminho

44 Oliveira (2009, p. 10).

45 Essas características apontadas por Ricoeur na introdução de *História e Verdade* são mais do que apenas o estilo literário dos ensaios ali reunidos: “tais aspectos compõem o *modus operandi* da filosofia ricoeuriana – de modo geral – e de sua filosofia da história – de modo específico” (Mendes, 2019, p. 81).

diferente, pela provisoriedade das sínteses dialéticas, como soluções imperfeitas ou adiadas.⁴⁶

Ricoeur prefere a síntese à antítese, ao mesmo tempo em que resiste ferozmente à ideia (hegeliana) de uma síntese definitiva, principalmente porque ela poria um fim às possibilidades infinitas da reflexão e do agir humanos, que fazem que a história, sobre a qual Ricoeur tão frequentemente se debruçou, permaneça sempre aberta, mas também porque Ricoeur tem um senso agudo do inacabamento essencial, se não da tragédia, que caracteriza o esforço humano para existir.⁴⁷

Ricoeur seria então ambíguo e despretensioso nos seus projetos envolvendo a história? Nossa resposta a essa questão pode ser pensada mais uma vez a partir da própria ambiguidade da palavra “história”.

Concordamos com a tese central do historiador brasileiro Breno Mendes no seu estudo sobre o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur. Apoiado na delimitação conceitual de Aviezer Tucker sobre a ambiguidade da palavra “história”, como referência aos eventos e processos ocorridos no passado

46 “Ao renunciar a Hegel no terceiro tomo de *Tempo e Narrativa* ele evoca sua dificuldade em concordar com o filósofo de Iena sobre a possibilidade de a história do mundo ser pensada como uma totalidade efetuada de sentido” (Mendes, 2019, p. 81). Ou ainda, como explica Dosse (2017b, p. 456): “Ricoeur considera como um acontecimento maior do século XX a perda de credibilidade da filosofia hegeliana da história. O retrocesso do hegelianismo corresponde ao contexto histórico da morte do eurocentrismo desde o suicídio político da Europa, no início do século XX, em 1914. O conhecimento da pluralidade de cisões nas quais a humanidade se move já não permite mais a totalização dos espíritos dos povos em um só e único Espírito do mundo a operar na história. Além disso, a tripla relação entre passado, presente e futuro, na dialética hegeliana, retém apenas um passado vivo no interior de um presente que o subsume em um processo de abolição da diferença entre presente e passado”.

47 Grondin (2015, p. 12).

humano, mas também como escrita da história cientificamente conduzida (historiografia), narração sobre a história e a historicidade,⁴⁸ Breno Mendes nos assinala o interesse de Ricoeur por esses dois domínios, “posto que, em suas obras, encontramos tanto reflexões filosóficas sobre o curso da história em si e sobre a experiência da historicidade, quanto uma análise sobre as condições de possibilidade da historiografia como modo de pensamento sobre o passado”.⁴⁹ Sendo assim, segundo Tucker, a ambiguidade da palavra “história” direciona o seu estudo em duas frentes. O primeiro diz respeito à *Filosofia da história*, “que pode ser entendida como um exame filosófico não apenas sobre a finalidade e o sentido do processo histórico, mas também sobre suas contingências”.⁵⁰ Já o segundo modo como *Filosofia da historiografia*, “concebida como uma análise das condições de possibilidade epistêmicas do nosso conhecimento sobre o passado, uma teorização sobre aquilo que os historiadores escrevem”.⁵¹

Para Mendes, todavia, a filosofia da história de Ricoeur se constitui como uma articulação dialética entre uma ontologia da historicidade e uma epistemologia da historiografia, chegando mesmo a desestabilizar as fronteiras das definições de Tucker e, por extensão, as próprias formulações de Walsh.⁵²

48 Tucker (2009).

49 Mendes (2019, p. 17).

50 Mendes (2019, p. 17).

51 Mendes (2019, p. 18).

52 Isso porque “a compreensão da realidade por meio da linguagem exige uma qualidade interpretativa dos seus símbolos e signos que permite o reconhecimento da nossa pertença ao mundo, a uma cultura e a uma tradição. Daí ser a semântica do ‘mostrado-escondido’, das expressões de duplo sentido, o elemento que possibilita à hermenêutica elucidar os vários aspectos textuais que dão acesso à compreensão da existência, da consciência de si-mesmo e da alteridade. Esta é a ‘via longa’ que caracteriza a hermenêutica de Ricoeur por tornar possível

Deslocando essa interpretação para as investigações que se seguem neste trabalho, defendemos que essa mesma articulação dialética pode ser transposta para os primeiros escritos de Ricoeur sobre a historiografia. Como vamos demonstrar nos capítulos seguintes, o filósofo francês pensa nos problemas envolvendo a cientificidade da História, por meio dos conceitos de objetividade e subjetividade, como ponto de partida necessário a uma reflexão sobre a história da filosofia crítica a uma filosofia especulativa da história presente inconspicidamente em seu interior, tentando afastá-la da sistematização imperiosa, assim como das singularizações absolutas. Essa crítica dupla nada mais é em primeiro grau que um afastamento das destinações metafísicas do conhecimento histórico, tanto da historiografia quanto da história elaborada pelos filósofos.

a *articulação da verdade entendida como desvelamento numa ontologia da compreensão, com os métodos de uma epistemologia da interpretação apregoados pelas ciências humanas*" (Oliveira, 2009, p. 10, grifo nosso). Mendes (2019) chega a falar do uso que Ricoeur faz da expressão *filosofia crítica da história* em nota preliminar da terceira parte de *A memória, a história, o esquecimento – A condição histórica* – para se referir, entretanto, diferente de sua formulação original, a uma articulação entre ontologia e epistemologia da história. Um último argumento para o perfil singular de Ricoeur na economia delimitativa da filosofia crítica da história, como autor que pensa epistemologia e ontologia em uma articulação produtiva, lembramos do posicionamento do historiador Herman Paul, para quem "a filosofia crítica da história tem sido tão ansiosa em evitar qualquer coisa vagamente semelhante a Marx, Hegel ou Spengler que tem se aplicado quase exclusivamente ao estudo de como historiadores (no ocidente) investigam o passado. O catálogo de problemas quase-canônicos na filosofia contemporânea da história não inclui o sentido da história, ou os perigos do relativismo histórico; ao invés disso, ele consiste de problemas de historiadores tais como explicação, inferência, intenção, contexto, comparação e construção de modelos. De fato, cada vez mais a filosofia da história se torna uma filosofia da historiografia profissional, isto é, um subcampo 'filosófico meta-disciplinar' parecido com a filosofia da ciência ou a filosofia da economia" (Paul, 2014, p. 78).

3 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE EM HISTÓRIA: PRIMEIROS DIÁLOGOS DE PAUL RICOEUR COM A HISTORIOGRAFIA

Como assinalamos na Introdução, este capítulo visa apresentar e analisar a primeira parte do ensaio *Objetividade e subjetividade em história* de Paul Ricoeur que se direciona mais propriamente ao ofício dos historiadores. Desse modo, ele deve nos esclarecer como o filósofo enxergava a historiografia⁵³ em meados do século XX. Esta primeira parte, portanto, ajudar-nos-á na constituição da relação que queremos fundamentar entre historiografia e história da filosofia sem filosofia da história nos primeiros escritos de Ricoeur sobre a história. Tarefa nada fácil e que não propõe posições definitivas, mas que busca pôr em tensão, trabalho e diálogo duas disciplinas há muito tempo indiferentes.

É notória a presença da história nas reflexões de Ricoeur desde o início de sua produção filosófica. Em 1952, uma primeira versão do texto aqui estudado era apresentada como comunicação nas Jornadas Pedagógicas de coordenação entre o ensino de filosofia e História na França.⁵⁴ Antes disso, em 1949, já era veiculado o texto *Husserl e o sentido da história* na *Revue de Métaphysique et de Morale*, como um dos vários artigos publicados por Ricoeur sobre o método fenomenológico entre 1950 e 1980. “A questão de fundo desse ensaio”, explica Mendes,

[...] é uma reflexão sobre os motivos que levaram o fundador da fenomenologia a considerar a história em suas últimas obras, já que boa parte de sua carreira fora marcada

53 Historiografia francesa, pois Ricoeur apoia sua reflexão sobre a historiografia em nomes da cena intelectual francesa, tais como Marc Bloch, Fernand Braudel, Raymond Aron e Henri-Iréné Marrou.
54 Dosse (2017a, p. 76).

por uma abordagem eidética transcendental na qual se colocava a realidade factual entre parênteses para descrever suas essências.⁵⁵

Esse estudo sobre a filosofia de Husserl, todavia, não foi incluído na coletânea de artigos publicada em 1955 intitulada *História e Verdade*, pois Ricoeur o considerou de caráter muito técnico e por não dialogar diretamente com a historiografia enquanto campo epistemológico de produção de conhecimento.⁵⁶ Esse não é o caso, entretanto, do texto *Objetividade e Subjetividade em História*, que não só foi incluído na coletânea como também marca o primeiro diálogo de Paul Ricoeur com a historiografia. O que nos interessa na primeira parte dele é o uso que o autor faz de conceitos próprios dos historiadores para responder a questões sobre a validade científica da História, trafegando entre os problemas da objetividade e subjetividade. Dessa forma, em que medida pode-se falar de uma objetividade da História? E qual o papel e os perigos da subjetividade do historiador na produção do conhecimento histórico?

3.1 A OBJETIVIDADE DA HISTÓRIA E O MISTER DE HISTORIADOR

O problema levantado por Paul Ricoeur é, antes de tudo, metodológico. Este problema, no entanto, desemboca, conforme veremos, em um amplo espectro de discussões. Apoiado em Kant, somos levados a “retomar filosoficamente os *interesses* mais importantes postos em jogo pelo conhecimento histórico”.⁵⁷ Dessa forma,

55 Mendes (2019, p. 61).

56 Ricoeur (1997b, p. 64-65); Ricoeur (1968, p. 7, nota 1).

57 Ricoeur (1968, p. 23, grifo do autor).

Ele adverte que emprega o termo “interesse” no sentido kantiano, em que a expressão “interesse” aparece no momento do sujeito resolver as antinomias da razão no conflito consigo mesma. Daí o conflito entre a razão pura e a razão prática. Se o interesse for da razão pura o sujeito age por natureza, mas se o interesse for da razão prática o sujeito age por dever ser. Em Ricoeur o termo interesse é para grifar a antinomia entre objetividade e subjetividade que expressa expectativas de qualidades diferentes em direções também diferentes.⁵⁸

É na tensão entre essas duas qualidades, objetividade e subjetividade, que Ricoeur busca juntar a História em uma nova província no império diversificado da objetividade científica. Com isso, o filósofo diz que a História mantém um certo grau de objetividade que lhe é conveniente, devendo ser tomada em seu sentido epistemológico estrito: “é objetivo aquilo que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem, compreendeu, e que por essa maneira pode fazer compreender”.⁵⁹ Afastando-se do positivismo, Ricoeur explica que essa definição é exata quanto às ciências físicas e biológicas, assim como para a História, mas não confundindo estas, esclarece que “há tantos níveis de objetividade quantos procedimentos metódicos”.⁶⁰ A objetividade da História, arremata, também é expressa pelo anseio de uma certa qualidade de subjetividade do historiador: “não qualquer subjetividade, mas uma subjetividade que convém à História. Trata-se, pois, duma subjetividade *exigida*, exigida pela objetividade que se espera”.⁶¹

58 Oliveira (2015, p. 380).

59 Ricoeur (1968, p. 23).

60 Ricoeur (1968, p. 24).

61 Ricoeur (1968, p. 24, grifo do autor).

Essa proposta crítica em relação às chamadas ciências da natureza encontra terreno profícuo quando pensamos na historicidade do conceito de objetividade científica. Segundo Lorraine Daston, a objetividade nas ciências possui também uma história em que esse conceito, à revelia de suas interpretações clássicas que o enxergam como monolítico e trans-histórico, possui características que, ao longo do tempo, estabeleceram um afastamento sistemático entre um ideal de objetividade e a subjetividade do pesquisador.⁶² A reflexão de Ricoeur enxerga essa objetividade como somente mais uma em relação aos diferentes tipos de objetividade que as ciências podem produzir. Para ele, a História se faz como ciência tanto quanto a física ou a biologia se fazem, mantendo em seu interior as tensões e características que lhe são próprias.

Para Ricoeur, a objetividade da História é um exercício, um alinhamento, uma arrumação oficial e pragmática operada pelas sociedades, garantindo seu nascimento e renascimento constante. Dessa forma, quem nos dirá, afinal, o que seja essa objetividade específica da História? A resposta do filósofo é incisiva: não é o filósofo ou qualquer outro que atesta essa objetividade, mas aquele que institui e pratica o ofício, ou seja, o próprio historiador. É ele quem primeiro dirá a medida de objetividade conveniente à História, assim como é este mesmo historiador quem refletirá sobre a qualidade da subjetividade empregada sobre a objetividade exigida. Nessa medida, “é sempre o próprio exercício de um mister científico que instrui o filósofo”.⁶³ Nossa problemática da relação entre História e filosofia no pensamento de Ricoeur em seu início toma, portanto, seu

62 Daston (2017).

63 Ricoeur (1968, p. 25).

primeiro contorno nesse esclarecimento de posições epistêmicas. Ricoeur passa a ler e comentar os historiadores para balizar suas posições filosóficas quando trata do problema da história da filosofia. É uma postura que não é comum entre os filósofos, mas que o acompanhará durante toda sua jornada intelectual ao tratar também de temas como a narrativa histórica, a memória, o testemunho, a consciência histórica, etc.

Dito isto, o ponto de partida de Ricoeur para sua reflexão sobre o ofício dos historiadores é o livro póstumo de Marc Bloch, um dos fundadores do periódico acadêmico *Annales d'histoire économique et sociale*, fundado em 1929 e que deu nome ao que hoje conhecemos como o movimento dos *Annales: Apologia da história ou o Ofício de historiador*.⁶⁴ A obra em questão marca o fim abrupto das contribuições de Bloch à historiografia francesa, exímio medievalista morto fuzilado pelos alemães nazistas em 1944 durante a Segunda Grande Guerra. O *Apologie de l'histoire* foi escrito enquanto seu autor estava em cativo, sendo deixado inacabado. Sua primeira publicação foi feita por Lucien Febvre, também fundador da revista dos *Annales* e seu amigo pessoal, em 1949. O paralelo entre Paul Ricoeur e Marc

64 Segundo Le Goff (2001, p. 16), "essa obra é em primeiro lugar uma defesa da história. Essa defesa se exerce contra ataques explícitos por ele evocados na obra, em especial os de Paul Valéry, mas também contra a evolução real ou possível de um conhecimento científico do qual a história seria repelida para as margens ou até excluída. Pode-se também pensar que Marc Bloch pretende defendê-la contra os historiadores, que, a seu ver, acreditam a ela servir, mas a prejudicam. Enfim, e é acho, um dos pontos fortes da obra, ele faz questão de marcar as distâncias do historiador em relação a sociólogos ou economistas cujo pensamento lhe interessa, mas onde enxerga também perigos para a disciplina histórica. [...] outra preocupação de Marc Bloch: definir o historiador como um homem de ofício, investigar suas práticas de trabalho e seus objetivos científicos e, como veremos, inclusive para além da própria ciência".

Bloch não está somente na concordância de pontos de vista sobre a História, mas também na experiência existencial do cativo de guerra. Ricoeur, em 1940, então oficial da reserva, é feito prisioneiro pelos alemães, sendo enviado posteriormente para a Pomerânia Oriental, atual Polônia, onde permanece enclausurado até o fim da guerra.⁶⁵ Ambos participantes da “estranha derrota”,⁶⁶ Bloch não teve a mesma sorte que o filósofo, alcançado implacavelmente pelo horror da guerra antes da libertação. De sua obra póstuma Ricoeur recolhe os principais pontos que marcam as fases de uma objetividade da História a constituir-se: observação histórica, crítica e análise histórica.

Para Ricoeur, Bloch é certo ao afirmar que a História é uma operação de redescoberta do passado por meio da “*observação*” feita pelo historiador. Tal observação implica dizer que o historiador nunca estará em face de seu objeto de estudo, nunca poderá registrar os fatos brutos. Todavia, fazer da História um conhecimento operado pelos vestígios documentais de maneira alguma a deprecia ou a invalida como ciência. Pelo contrário,

[...] reconstituir um acontecimento, ou antes uma série de acontecimentos, ou uma situação, ou uma instituição, com base nos documentos, é elaborar uma conduta de objetividade de tipo próprio, mas irrecusável; pois essa reconstituição supõe que o documento seja perscrutado, obrigado a falar; que o historiador vá ao encontro de seu sentido, arremessando-lhe uma hipótese de trabalho; é essa pesquisa que simultaneamente eleva o vestígio à dignidade de documento significativo, e eleva o próprio passado à dignidade de fato histórico.⁶⁷

65 Dosse (2017b, p. 71-73).

66 Bloch (2011).

67 Ricoeur (1968, p. 25-26).

O documento não é revelador do passado ou um dado objetivo por si mesmo como imaginavam os metodólogos. Para eles, a História aparece como conjunto dos fatos a serem extraídos dos documentos. Mesmo antes da intervenção do historiador, o passado já se mostra latente e real, apresenta-se justificado como fato histórico, como prova, “numa palavra, não constrói a história, encontra-a”.⁶⁸ A proposta de Ricoeur acompanha a perspectiva de uma História em que o documento é posto em suspeição e questionamentos constantes. O vestígio só é levado à dignidade de documento quando problematizado pelo historiador, como construção e escolha. Não há espaço para a ingenuidade e passividade diante deste, que nesse caso só serviria para a perpetuação das narrativas de poderes instituídos no passado mediante as disputas de força nas sociedades humanas. Os vestígios documentais, em sua ampla variedade, são monumentos, heranças e memória do passado, como explica Le Goff em famoso texto:

68 O historiador francês Henri-Irenée Marrou apresenta uma descrição e uma crítica às operações técnicas do famoso e decisivo manual de regras aplicadas à disciplina historiográfica dos historiadores Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques*, publicado em 1898, que foi significativo na constituição da história como ciência na França e também na caracterização da Escola Metódica, vulgarmente conhecida como positivista: “o historiador encontra os documentos e depois procede à sua *toilette*, com a ajuda da crítica externa, ‘técnica de limpeza e de concertos’: separa-se o bom grão da cápsula e da palha; a crítica de interpretação apura o testemunho cujo valor é determinado por uma severa ‘crítica interna negativa de sinceridade e de exatidão’ (a testemunha pode ter se enganado? Quis enganar-nos?...), a pouco e pouco vai-se acumulando nas nossas fichas o puro frumento dos ‘fatos’: o historiador só tem que os referir com exatidão e fidelidade, apagando-se por trás dos testemunhos reconhecidos como válidos” (Marrou, 1975b, p. 47). Sobre a Escola Metódica, cf. Reis (2011) e Aróstegui (2006).

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.⁶⁹

Dessa forma, segundo Ricoeur apoiado em Bloch, o vestígio só se torna documento histórico quando observado e inquirido pelo historiador, à moda de uma investigação policial, decifrativa, como bem observou Carlo Ginzburg.⁷⁰ Destarte, efetuando o desmonte do documento/monumento, temos a instituição dos fatos históricos pela *crítica* bem construída, qualificando este à categoria de fato científico.⁷¹

Avançando na exposição do texto de Ricoeur, nos deparamos com a categoria de “análise”, que segundo o filósofo é importante na atividade historiadora que visa *explicar* os fatos históricos em face de uma visão apressada de síntese. Tanto ele quanto Bloch concordam na negação do adágio rankeano que enxerga o historiador como responsável por restabelecer as coisas “tais quais elas se passaram”.⁷² A História não *revi-*

69 Le Goff (1996, p. 11-12).

70 Ginzburg (1991, p. 89-129).

71 Ricoeur (1968, p. 26).

72 Expressão tomada de Leopold Von Ranke, proeminente

ve o passado, tal como pensava Jules Michelet, através de uma ressurreição de reencarnação no Outro por via de uma mediação emocional;⁷³ antes, recompõe, reconstitui esse passado das ações humanas pelo método empregado, ou seja, compõe e constitui um encadeamento retrospectivo lógico das coisas passadas.⁷⁴ Ultrapassando, pois, o nível dessas metáforas, a História explica o passado operando “transformações (transposições, deformações, seleções) a que o terão submetido

representante da escola histórica científica alemã, comumente chamada de *historismo*, em sua primeira versão. Divulgou uma imponente historiografia baseada nos documentos diplomáticos, onde lhe interessava encontrar a “originalidade” dos povos, dos indivíduos, das psicologias individuais de grandes homens políticos. Mantinha uma postura teórica conservadora, nacionalista, que privilegiava as questões de Estado e da nobreza alemã. Advogava uma neutralidade do historiador frente ao seu objeto de estudo, buscando narrar os fatos como realmente aconteceram. Tais fatos narráveis eram os “eventos políticos, diplomáticos, religiosos, considerados o centro do processo histórico, dos quais todas as outras atividades eram derivadas, em seu caráter factual: eventos únicos e irrepetíveis” (Reis, 2011, p. 24). A influência de Ranke, assim como dos positivistas franceses, será decisiva na constituição da Escola Metódica (por se apoiar em seu método crítico) na França no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Concentrada em uma *histoire événementielle*, onde privilegia o evento, a singularidade e a irrepetibilidade, os metódicos buscavam uma objetividade para a história nos moldes das ciências exatas, assim como um afastamento da subjetividade e das filosofias da história. A fundação da *Révue Historique*, em 1879, assim como a publicação do mais renomado manual de metodologia da histórica na França desse período, o *Introduction aux études historiques*, em 1898, dos historiadores Ch. Langlois e Ch. Seignobos, marcam o esforço pela institucionalização da história como ciência na França. Ainda que seja confundida com o positivismo, a Escola Metódica mantém características próprias. Desse modo, “os metódicos acompanham os positivistas no que concerne ao entendimento da História como ciência, mas, rigorosamente falando, não estarão empenhados na busca de Leis Gerais e nem professarão determinismos à maneira de Taine. Portanto, os metódicos incorporam a influência positivista, mas estão a meio caminho de algumas posições do historicismo” (Barros, 2010, p. 84).

73 Dosse (2017a, p. 78).

74 Ricoeur (1968, p. 26).

as manipulações, mediante as quais a razão histórica terá elaborado o seu conhecimento".⁷⁵ Porém, tal trabalho de explicação só poderia vir depois da análise:

Pois não existe explicação sem constituição de "séries" de fenômenos: série econômica, série política, série cultural, etc.; se com efeito não se pudesse identificar, reconhecer uma *mesma* função nos eventos outros, nada haveria passível de compreensão; [...] Só existe síntese histórica porque a história é antes de tudo uma análise, e não uma coincidência emocional. Como qualquer outro sábio, procura o historiador relações entre os fenômenos cuja distinção estabeleceu. Insistir-se-á quanto for necessário, *a partir desse ponto*, sobre a necessidade de compreender os conjuntos, os liames orgânicos que superam toda causalidade analítica.⁷⁶

Sendo assim, Ricoeur assinala que o compreender e o explicar não são excludentes, mas constituem horizonte de possibilidades como participantes complementares da mesma atividade metódica de análise histórica.⁷⁷ Por isso, explicar também é compreender

75 Marrou (1975a, p. 37).

76 Ricoeur (1968, p. 26, grifo do autor).

77 Essas categorias são analisadas de maneira mais aprofundada em obras posteriores como parte do projeto da filosofia hermenêutica de Ricoeur. Resumidamente, trata-se de uma oposição posta pelo filósofo e historiador alemão Wilhelm Dilthey entre ciências naturais, que, segundo ele, comungam de uma inteligibilidade científica que se baseia na "explicação", onde o que impera é a objetividade científica calcada nos fatos, leis naturais, teorias prováveis, hipóteses comprováveis e verificações e as ciências do espírito, consagradas à "compreensão" das manifestações da vida social. Segundo Dilthey, esse modelo das ciências naturais foi equivocadamente estendido às ciências humanas pelas escolas ditas positivistas, sendo necessária, portanto, uma separação entre explicar e compreender. A compreensão aparece para Dilthey como condição de possibilidade para a interpretação, colocando como desafio ao pesquisador o exercício da "empatia". Ricoeur, todavia, defende que estes termos não devem ser entendidos como antinômicos. Para ele, as duas categorias se relacionam dialeticamente no mesmo

em um esforço final de síntese, haja vista que “a consciência de época que o historiador, em suas sínteses mais vastas, tentará reconstituir, nutre-se de todas as interações, de todas as relações, em todos os sentidos que o historiador conquistou pela análise”.⁷⁸

Ainda nesta esteira, o historiador tentará estabelecer o fato histórico total, ou o “passado integral”, que no sentido kantiano empregado por Ricoeur, é “o limite jamais atingido de um esforço de integração sempre mais vasto, sempre mais complexo”.⁷⁹ Buscando esse “passado integral” e obviamente nunca o alcançando, o historiador estará diante de uma ideia reguladora que é produto de uma “concepção ordenadora”, que para Ricoeur é a “teoria” historiográfica, imprimida pelo pesquisador na difícil tarefa de estabelecer, mediante um problema, uma ordem na História. Por outro lado, nenhuma teoria abarcará toda a história, pois são “sínteses analíticas” que constituem “partes totais”. As teorias, portanto, nos apresentam visões sobre o passado conforme concepções próprias, serão sempre análises que se renovam no embate com outras teorias.

Portanto, Ricoeur finaliza essa parte do texto destacando que a História, ao passar por estas etapas (observação, crítica e análise), permanece fiel ao seu sentido

processo de interpretação: “Há interpretação, há determinação recíproca entre a explicação e a compreensão no texto, na ação, na história, nas ciências humanas. Há um duplo movimento que vai da compreensão à explicação e vice-versa” (Reis, 2013, p. 264). Quando reflete sobre a objetividade e subjetividade em história, Ricoeur também indica que a constituição de uma objetividade científica da história, que pressupõe um nível plausível de explicações necessita, como complemento, o nível da compreensão subjetiva que parte do sujeito cognoscente em direção a uma objetividade que depende dela. Portanto, a epistemologia mista da história, como entende Ricoeur, não opõe explicação e compreensão.

78 Ricoeur (1968, p. 27).

79 Ricoeur (1968, p. 27, grifo do autor).

originário: é ela uma “pesquisa”, que visa firmar a escolha por um conhecimento e vontade de compreender racionalmente. Ela é, por fim, “um empreendimento raciocinado de análise”, como bem denominou Marc Bloch. Decerto, a intenção de objetividade da História, que, como vimos, não se limita à crítica documental à moda positivista, atinge, segundo Ricoeur, o mesmo racionalismo, por exemplo, que o da moderna ciência física.

Entretanto, conforme pensa Ricoeur, a ciência histórica, mesmo mantendo sua intenção de objetividade, abarca ainda níveis de subjetividade que lhe são próprias, o que caracteriza também esse empreendimento raciocinado de análise, haja vista que não pode existir ciência sem sujeito cognoscente, naquilo que o filósofo irá chamar de objetividade incompleta da História ou, como denominou François Dosse, uma epistemologia mista, onde há um entrelace entre objetividade e subjetividade, explicação e compreensão, uma dialética entre o Mesmo e o Outro.⁸⁰

3.2 A OBJETIVIDADE DA HISTÓRIA E A SUBJETIVIDADE DO HISTORIADOR

Na caracterização dessa objetividade incompleta da História, Ricoeur nos leva a refletir sobre alguns traços que são imprescindíveis para que entendamos a relação da subjetividade do historiador na fundamentação do tipo específico de objetividade da História. São eles, a noção de opção histórica, a concepção de causalidade em história, a distância temporal e o problema da alteridade.

80 Dosse (2017a, p. 76).

A primeira noção, a opção histórica, refere-se ao que Ricoeur chama de *juízo de importância*. Trata-se da seleção consciente operada pelo historiador, explícita ou implicitamente, dos eventos e fatores que compõem sua narrativa. “A história”, explica o filósofo,

[...] através do historiador não retém, não analisa nem encadeia senão os eventos de importância. É aqui que a subjetividade do historiador intervém em seu sentido original em relação ao do físico sob a forma de esquemas interpretativos. É aqui, por conseguinte, que a qualidade daquele que perscruta é importante para a própria seleção dos documentos a perscrutar. Melhor ainda, é o juízo de importância que, pela eliminação do acessório, cria a continuidade: é o vivido que é descosido, lacerado pela insignificância; é a narrativa que se mostra encadeada, carregada de significação graças à continuidade.⁸¹

Fica evidente a participação inevitável da subjetividade neste movimento de escolha do que interessa a uma narrativa histórica bem encadeada. Interessante perceber, contudo, como Ricoeur dá enfoque às habilidades do historiador, pois a qualidade do relato construído depende de intelecto aprimorado, treinado ou do que Marrou denominou “abertura de espírito”, característica dos grandes historiadores, exposta no trabalho de pôr os problemas históricos de maneira mais rica, mais fecunda, pois sabe quais perguntas deve fazer a esse passado misterioso. Essa primeira abertura ao passado surge como iniciativa e resposta às curiosidades, inquietações e angústias do próprio pesquisador.⁸² Questões que lhe são próprias e que refletem em suas escolhas metodológicas. Por seu turno, Ricoeur

81 Ricoeur (1968, p. 29).

82 Marrou (1975b, p. 45-59).

assinala que tais escolhas fazem parte da própria racionalidade da História e que a teoria, ao preceder a historiografia, estabelece seu critério de segurança e finalidade, dotando as narrativas de significação, uma vez que seguem linhas ou esquemas interpretativos, cada vez mais complexos e abertos a novas revisitações.⁸³

O próximo traço de subjetividade no empreendimento objetivo da História é o de causalidade. Segundo o filósofo, a História é tributária em graus diversos de uma *concepção vulgar de causalidade*. Para exemplificar esse tipo fraco de causalidade, Ricoeur invoca a obra máxima de Fernand Braudel - *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* - a fim de descrever a dinâmica dos tempos históricos que visa um ordenamento e destrinchamento das causalidades históricas:

[...] situa em primeiro lugar a ação permanente do quadro mediterrâneo, e em seguida as forças particulares, mas relativamente constantes da segunda metade do século XVI, e, por fim, o fluxo dos acontecimentos. Esse esforço na hierarquização das causalidades acha-se perfeitamente na linha da empresa de objetividade da história. Mas este ato de ordenação será sempre precário, pois a composição total de causalidades pouco homogêneas, que a própria análise instituiu e constituiu, faz aflorar um problema quase insolúvel.⁸⁴

Para Ricoeur, a causalidade em História é, portanto, necessária à objetividade, mas permanecerá frequentemente em estado pré-crítico, oscilando entre o determinismo e a probabilidade. Desse modo, o historiador sempre fará uso de vários esquemas explicativos para apoiar suas hipóteses, muitas vezes sem ter

83 Ricoeur (1968, p. 29).

84 Ricoeur (1968, p. 29).

feito a devida reflexão sobre eles e nem mesmo suas distinções.

A *distância histórica* é o terceiro ponto destacado por Ricoeur na construção da objetividade lacunar da História. Mais uma vez invocando Kant, o pensador francês explica que o constructo científico se baseia na compreensão racional por meio da tentativa de reconhecimento e identificação dos objetos. Dessa forma, a síntese intelectual seria esse reconhecimento no conceito. Seria a História capaz de fornecer esse reconhecimento de maneira total? Segundo Ricoeur, o aspecto temporal, que implica a mutabilidade, coloca os historiadores em dificuldades em relação à linguagem histórica:

Ora, a história tem por tarefa dar nome àquilo que foi abolido, que foi *outro*. A velha dialética do *mesmo* e do *outro* ressurgem aqui; o historiador de profissão encontra-se sob a forma assaz concreta de dificuldades de linguagem histórica, sobretudo da nomenclatura: como denominar e inserir na linguagem contemporânea, na língua nacional atual, uma instituição, uma situação hoje abolida, senão pelo emprego de semelhanças funcionais, em seguida corrigidas pela diferenciação? Basten-nos lembrar as dificuldades vinculadas a termos como *tiranía, servidão, feudalidade, Estado*, etc. Cada qual atesta a luta do historiador em prol de uma nomenclatura que permita ao mesmo tempo identificar e especificar; eis por que a linguagem histórica é necessariamente equívoca.⁸⁵

Esse caráter de afastamento temporal exige do historiador um certo tipo de expatiação, distensão, estiramento de si mesmo em direção a um outro presente que não é o seu, daí a dificuldade em dar nome a algo

85 Ricoeur (1968, p. 30, grifo do autor).

que já passou e o risco de cometer o pior dos “pecados” historiográficos que é o anacronismo. Aqui notamos uma primeira apropriação de Ricoeur da filosofia agostiniana no que se refere ao problema do tempo. Ao distender-se de si mesmo a *outra*, o historiador precisa refletir sobre o futuro do presente da época que estuda, “que se faz da espera, da ignorância, das previsões, dos temores dos homens de então, e não daquilo que nós outros sabemos ter acontecido”.⁸⁶ Assim como ele precisa compreender que existe também um passado daquele presente, carregado de memórias e experiências. Este presente de referência da época analisada estará em constante tensão com seu futuro e passado, que exigirá do historiador um certo tipo de imaginação e inteligência.⁸⁷

Tal imaginação, diferente da imaginação literária, é para Ricoeur uma representação de outrora, que singulariza a História frente às demais ciências conferindo-lhe um “dom raro” de subjetividade, que quando levado ao auge pode ser visto também como uma transferência a uma outra subjetividade, adotada como centro de perspectiva pelo historiador:

86 Ricoeur (1968, p. 31).

87 Em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur trabalha essa mesma concepção de tempo em Agostinho de forma mais aprofundada como uma das características fundamentais na constituição de sua análise das narrativas históricas pelo problema da aporia do tempo. Como expus alhures: “Agostinho, em suas *Confissões*, irá propor que o tempo é interior, psicológico, que se passa na ‘alma’. Essa alma é impactada por uma tripla presença temporal: o passado presentificado, revivido através da *Memória*; o presente presentificado, dado como *Visão* e o futuro presentificado, acessado como *Espera*, *expectativa* sobre o que ainda não é. Em Agostinho, esse tempo da alma não pode ser medido, comensurado ou definível. O tempo vivido não aceita a aplicação de leis naturais exteriores a ele, rejeitando, portanto, o tempo grego, regido pelo movimento dos astros. O tempo agostiniano não é dizível conceitualmente, pois ele é fugidio, abstraído somente em sua *distentio animi* (distenção da alma) entre a memória e a expectativa” (Nascimento, 2020, p. 179).

[...] o historiador faz parte da história; não apenas no sentido vulgar de que o passado é o passado de seu presente, mas no sentido de que os homens do passado fazem parte da mesma Humanidade. A história é, portanto, uma das maneiras pelas quais os homens 'repetem' o fato de pertencerem à mesma Humanidade; é um setor da comunicação das consciências, um setor cindido pela fase metodológica do vestígio e do documento, um setor, portanto, distinto do diálogo em que o outro *responde*, mas não um setor inteiramente separado da intersubjetividade total, a qual permanece sempre aberta e em debate.⁸⁸

A última característica assinalada pelo filósofo francês é a de *alteridade* para com os homens do passado. A pesquisa histórica visa em seu percurso racional explicar e compreender os homens, num esforço de simpatia "que é bem mais que a simples translação imaginativa para um outro presente, que é uma verdadeira translação para uma outra vida de homem".⁸⁹ Essa simpatia, segundo Ricoeur, é expressa em dois momentos em uma espécie de racionalidade histórica:

88 Ricoeur (1968, p. 32, grifo do autor). Sobre esse setor de comunicação das consciências, que toca na problemática da subjetividade filosófica, e como pensá-lo historicamente de maneira efetiva, Mendes (2019, p. 82) nos brinda com a eficiente definição: "Em primeiro lugar, significa entender que a historiografia é mais (não menos) do que um conhecimento objetivo e metodologicamente rigoroso sobre a experiência de outrora. Em segundo lugar, significa afirmar a intersubjetividade como uma dimensão constitutiva da história, assim, a leitura da história dos historiadores concorre para a edificação da subjetividade do leitor. Em terceiro lugar, significa apropriar-se da herança fenomenológica no campo da filosofia da história. [...] um dos motes da aplicação do pensamento fenomenológico à história acentua a importância da consciência na constituição do sentido para a experiência. Outro mote é o problema da intersubjetividade; pois, se é pela intencionalidade que conferimos sentido à história é preciso refletir sobre o modo como as diferentes consciências operacionalizam o sentido".

89 Ricoeur (1968, p. 31).

simpatia que surge como afinidade favorável (simpatia inculta) – fruto daquelas inquietações das quais falamos no momento do julgamento de importância que o historiador dá aos problemas que procura resolver; e, depois de uma longa análise raciocinada, fruto da atividade metódica, reaparece como recompensa e acréscimo (simpatia instruída). Dessa forma, o historiador acha-se animado por um *desejo de encontro*, assim como por um *desejo de explicação* ao superar a cronologia crítica, fazendo emergir os valores da vida dos homens de outrora, por via do interesse e afinidade por estes. Mas essa afinidade pelos valores de outrora esconde uma armadilha:

[...] não que o historiador deva partilhar a fé de seus heróis; nesse caso ele raramente produziria história, e sim apologética, e mesmo hagiografia; mas deve ser capaz de admitir hipoteticamente sua fé, o que é uma maneira de ingressar na problemática dessa fé, embora a mantendo ‘em suspenso’, embora ‘neutralizando-a’ como fé efetivamente professada.⁹⁰

Como há muito já sabemos, nenhuma História é neutra ou desinteressada, pois carrega consigo os ideais, as filosofias e as posições político-ideológicas dos historiadores, fazendo com que “a história nunca se basta; ela sempre se destina a alguém”.⁹¹ O que Ricoeur

90 Ricoeur (1968, p. 32).

91 Sobre a relação entre história e ideologia, o historiador britânico Jenkins (2017, p. 40-41) fornece uma perspectiva interessante: “O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder – pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias visões do passado para legitimar suas respectivas práticas, versões que precisam ser tachadas de impróprias e assim excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominante. Nesse sentido, reordenar as mensagens a serem transmitidas (com frequência, o mundo acadêmico chama de ‘controvérsias’ muitas dessas reordenações) é algo que precisa ser

chama a atenção nesse trecho refere-se a uma tentativa de deslocamento do problema da verdade histórica para o campo ético, priorizando um controle metodológico da subjetividade.⁹² Claramente todos possuímos preferências das mais diversas ordens, mas, em se tratando de uma ciência que constrói sua objetividade em parêntese com um certo grau de subjetividade, tal controle de “fé” se faz necessário para que seja possível o exercício de aproximação intelectual e não a narrativa apologética e acrítica. Em outras palavras, o controle metodológico garante a superação da simpatia inculta. O que nos faz adentrar no problema levantado por Ricoeur sobre os tipos de subjetividade: “A subjetividade de historiador, como toda subjetividade científica, representa a vitória de uma boa subjetividade sobre uma má subjetividade”.⁹³

O que então singulariza esses dois tipos de subjetividade para Ricoeur? O filósofo sustenta que a *boa* subjetividade está relacionada às práticas metodológicas da pesquisa, expressas na observação, na crítica documental, na análise histórica, assim como nos traços de subjetividade necessários à construção da objetividade histórica – a opção histórica, os modelos causais, a distância temporal tensionada pelo desejo de encontro com o outro e a alteridade. Acrescentaríamos ainda uma outra concepção que não é notada por Ricoeur,

continuamente elaborado, pois as necessidades dos dominantes e/ou subordinados estão sempre sendo retrabalhadas no mundo real à medida que eles procuram mobilizar pessoas para apoiarem seus interesses. A história se forja em tal conflito, e está claro que essas necessidades conflitantes incidem sobre os debates (ou seja, a luta pela posse) do que é a história”.

92 Para um exame mais apurado da centralidade do sujeito no processo de construção do conhecimento histórico, assim como da importância da dimensão ética desse saber nos escritos de Paul Ricoeur, cf. Bona (2012).

93 Ricoeur (1968, p. 33).

mas que é decisiva neste arranjo, que é a de *lugar social* como articuladora entre a pesquisa historiográfica e um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, onde a validade científica se qualifica pela aprovação dos pares.⁹⁴ Todas essas práticas e características da pesquisa histórica constituem o que Ricoeur chama de “eu de *pesquisa*”. Em contrapartida, Ricoeur denomina “eu *patético*” a *má* subjetividade em História, “o eu dos ressentimentos, dos ódios, dos requisitórios”:

Não se deve aliás deixar de observar que esse eu patético não é forçosamente aquele que fulmina; pode ser também a aparente ‘apatia’ da hipercrítica, que denigre toda grandeza reputada e deprecia todos os valores que encontra; essa rabugice intelectual pertence ao eu patético em grau idêntico ao da paixão política desviada do combate político contemporâneo e rebatida sobre o passado.⁹⁵

Podemos observar, a título de exemplo, no cenário atual, a manifestação desse “eu *patético*” de forma aguda no fenômeno das pseudorrevisões históricas ou chamados negacionismos historiográficos. A revisão do conhecimento é prática e condição necessária nas ciências em geral. Caso que não acontece com o negacionismo historiográfico, principalmente àquele que se refere ao holocausto judeu perpetrado pelos nazistas.

94 Noção conforme pensada por Michel De Certeau em sua operação historiográfica (articulação entre lugar social de produção do conhecimento histórico, técnicas e métodos historiográficos e a escrita da história propriamente dita, como narração e produto final da investigação): “Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar, que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (Certeau, 2000, p. 66-67).

95 Ricoeur (1968, p. 34).

Segundo o historiador Luis Edmundo Moraes, os negacionistas autoproclamados “historiadores” participantes de uma tal *Escola Revisionista* buscam, com essa classificação, a legitimação de suas narrativas em duas frentes: a legitimação profissional associada à formação do historiador (quando, na verdade, raríssimos são aqueles que possuem o título acadêmico em História) e a legitimação “que goza a historiografia na construção social de imagens sobre o passado frente a outras escritas sobre o passado e frente às escritas sobre um tempo passado”.⁹⁶

Em nosso contexto nacional, as pseudorrevisões ficam a cargo também de não especialistas que negam ou distorcem eventos históricos como a ditadura civil-militar ou o regime escravocrata.⁹⁷ Em ambos os casos, trata-se do que Ricoeur chamou mais acima de “paixão política desviada do combate político contemporâneo e rebatida sobre o passado”, uma vez que a origem desses negacionismos parte de uma onda política protagonizada pela extrema-direita, que desvia suas pautas para um passado, que é, conforme vimos, o *locus* de variadas interpretações. Contudo, como também observamos, essas interpretações históricas devem seguir normas científicas e éticas. No caso específico dos negacionismos históricos, quase sempre são fruto de charlatanismo público e “fé” explicitamente professada ao que há de mais repugnante na história e aos valores humanos.

96 Moraes (2011, p. 6-7, grifo do autor). Neste artigo podemos ainda encontrar a análise de escritos negacionistas, que se apresentam como historiográficos, mas que são fraudes científicas: “a controvérsia sobre o extermínio de judeus; uma introdução”, de Germar Rudolf e os escritos e palestras do mais proeminente negacionista do holocausto que se apresenta como historiador, David Irving.

97 Malerba (2014).

Dessa forma, chegamos ao termo desse primeiro ciclo de reflexões proposto por Ricoeur sobre a historiografia. Perfazendo um caminho que toma a objetividade da História como correlata a um tipo de subjetividade do historiador (eu de pesquisa), o filósofo decreta que a história reflete a subjetividade do historiador, assim como também educa essa subjetividade. “A história faz o historiador tanto quanto o historiador faz a história. Ou antes: o mister de historiador faz a história e o historiador”.⁹⁸ A objetividade da História, que surgia no início da reflexão como intenção científica, como busca da verdade historiográfica, agora, no fim do percurso interpretativo de Ricoeur, marca uma virada epistemológica em que a concepção lógica dá lugar a uma perspectiva ética da ciência histórica, onde o triunfo de uma boa subjetividade se mostra imprescindível. Tal perspectiva ética é aprofundada em obras posteriores de Ricoeur, que estabelecem um diálogo mais intenso com os temas historiográficos, como a trilogia *Tempo e Narrativa*⁹⁹ e *A memória, a história, o esquecimento*.¹⁰⁰ Por ora, esta constatação sinaliza-nos o fim de nosso primeiro estudo na tarefa de compreensão da relação entre essa história dos historiadores e um tipo de história da filosofia nos primeiros escritos de Ricoeur sobre a história.

Esta primeira parte do ensaio que aqui apresentamos, portanto, visou formular a maneira como o filósofo francês concebe a historiografia do seu tempo, suas características e validade, a fim de tomá-la como base para uma outra discussão de caráter mais filosófico. Essa história dos historiadores que acabamos de ver pode ser útil aos filósofos em qual sentido? E no que

98 Ricoeur (1968, p. 34).

99 Ricoeur (1994, 1995, 1997a).

100 Ricoeur (2007).

os filósofos poderiam contribuir para a solidificação de uma História mais reflexiva e compreensiva?

4 UMA LEITURA DE RETOMADA: A HISTÓRIA E A SUBJETIVIDADE FILOSÓFICA

Nosso mote neste último capítulo trata de um outro tipo de subjetividade, agora não mais a do historiador, mas uma subjetividade que se refere à própria história dos seres humanos, como forma de afloramento à consciência, terminada e evidenciada pelo trabalho de retomada ou leitura de segundo grau da História dos historiadores de ofício feita pelo filósofo. Para tanto, faremos uso da segunda parte do texto *Objetividade e subjetividade em história*, assim como de mais dois artigos presentes em *História e Verdade* intitulados: “A história da filosofia e a unidade do verdadeiro” e “História da filosofia e historicidade”. Nossa escolha por estes escritos complementares justifica-se pelo aprofundamento das questões que o autor levanta no primeiro texto analisado. O que esperamos deste capítulo nada mais é que um tipo de entrecruzamento, ou antes uma relação, entre história e filosofia, perpassado pelo problema da verdade, que de modo coerente não reduza um conhecimento a outro ou vice-versa.

Assinalamos que a leitura dos outros dois ensaios de aprofundamento não será feita de forma sistemática, o que implica o não tratamento de certas questões presentes no desenvolvimento destes. Com isso, visamos obedecer à lógica expositiva de *Objetividade e subjetividade em história*, a fim de perseguir os objetivos primordiais dessa pesquisa. Os ensaios de aprofundamento nos servirão, portanto, como suporte analítico de questões presentes no texto principal.

A incursão feita por nós na reflexão sobre a cientificidade da História, como empreendimento raciocinado de análise, não foi fortuita, como aponta o próprio filósofo ao comentar a escolha dos artigos de sua coletânea:

[...] desejou-se apoiar todos os outros ensaios a essa muralha de rigor e de modéstia da disciplina histórica; a medida “de objetividade” que me ensina o historiador acompanha-me como advertência crítica no arriscado empreendimento das interpretações globais da história. É portanto em relação a essa verdade limitada da história dos historiadores que se situa a tarefa de compor uma história filosófica da filosofia. [...] a história da filosofia surge-nos como uma repetição da história dos historiadores, guiada por uma tomada de consciência filosófica; eis por que ela pertence à filosofia e não à história.¹⁰¹

O que chama a atenção nessa abordagem é o modo como Ricoeur considera importante pensar seus problemas de cunho filosófico à luz de uma salvaguarda historiográfica. Quase sempre os filósofos da história, principalmente aqueles ligados à filosofia especulativa da história, dos quais os historiadores têm particular desconfiança, ignoram a historiografia em suas formulações conceituais. Todavia, tendo estes últimos legitimidade quanto a esta desconfiança, como veremos mais adiante, é preciso que reconheçamos em Ricoeur um tipo próprio de abordagem da história, tomada como “advertência crítica”, uma vez que reconhece e considera imprescindível o rigor e o campo específico da historiografia como uma ciência humana racionalmente elaborada. Desse modo, para conceber sua reflexão sobre uma história filosófica da filosofia, o autor se blindou de uma objetividade histórica e de um tipo de

101 Ricoeur (1968, p. 9-10).

subjetividade educada que lhe servirá de pilar metodológico para sua própria filosofia, haja vista que, segundo o autor, uma história filosófica da filosofia só pode suceder de uma história cientificamente válida a partir de uma leitura de retomada.

Tendo isto em vista, esclarece Ricoeur que a abordagem para o seu novo ciclo de reflexões é uma evolução, à moda filosófica, dessa História científica elaborada pelos historiadores de ofício. Esse segundo ciclo, portanto, não se refere a um tipo de história que sirva ao divertimento, muito menos àquela história que dá lições morais, a história *magistra vitae*.¹⁰² Trata-se, pois, de uma leitura da História feita pela filosofia, uma vez que “a história é obra *escrita* ou ensinada, que, como toda obra escrita ou ensinada, só tem seu termo no leitor, no aluno, no público”.¹⁰³

Nesse caso, o leitor filósofo, ou antes, o leitor Ricoeur, pensa nessa História dos historiadores como ponto de partida para formular sua proposta de uma história filosófica da filosofia, tendo em seu desenvolvimento uma bifurcação aporética quanto aos contornos da verdade em filosofia e a situação histórica da filosofia, interpretada por nós da seguinte maneira: a primeira, indo em direção a uma “lógica da filosofia” por meio da pesquisa de um sentido coerente através da história da razão, e depois, tal lógica aparecendo também como ecletismo ao longo da história da filosofia ocidental; já a segunda como “diálogo”, cada vez mais singular e exclusivo com os filósofos e as filosofias individualizadas. Sendo assim, estes problemas levantados por 102 “[...] embora o aflorar à consciência de que vamos falar seja uma retomada dos valores na história e sirva de qualquer maneira para nossa instrução, mesmo quando não reduzimos a esse objetivo didático o uso principal da história” (Ricoeur, 1968, p. 35-36). 103 Ricoeur (1968, p. 35).

Ricoeur sobre a história da filosofia serão para nós o desenvolvimento de um diálogo entre a História (dos historiadores) e a filosofia, onde procuramos responder às seguintes questões: como se posiciona Paul Ricoeur a respeito dessas duas leituras filosóficas da história? E, no que mais nos interessa: como se estabelece a relação entre História e filosofia por meio dessa bifurcação aporética?

4.1 A (H) HISTÓRIA COMO “EXALTAÇÃO” DE UM SENTIDO

Comte, Hegel, Brunschvicg, Husserl, Eric Weil, Marx, Kant – por qual motivo esses grandes nomes da filosofia ocidental estariam reunidos? Segundo Ricoeur, apesar das grandes diferenças que separam as interpretações da razão e da história desses pensadores, todos são partidários de uma convicção comum: a procura do entendimento de si (a via ‘curta’) passa necessariamente por uma história da consciência (a via ‘longa’). Dessa forma, “Preciso da história para sair de minha subjetividade privada e experimentar em mim mesmo o ser-homem”.¹⁰⁴ O filósofo da história espera uma justificação do seu labor por meio de uma certa coincidência entre essa via curta do conhecimento de si mesmo e a via longa da história da consciência. À medida que espera essa justificação pela coincidência das vias, estará ele mesmo produzindo história. Não a do historiador de ofício ou o reflexo de uma história em si. “É, pois”, como explica Ricoeur,

[...] porque o filósofo se acha ameaçado, abalado – e até mesmo humilhado – no mais profundo de si mesmo, que invoca a história; duvidando de si mesmo, deseja reassumir

104 Ricoeur (1968, p. 37).

seu próprio sentido, reassumindo o sentido da história a montante de sua própria consciência. E eis também o filósofo a escrever uma história, a produzir história, a história do motivo transcendental, a história do *Cogito*.¹⁰⁵

Para clarificar esta premissa, Ricoeur reflete sobre a trajetória de vida de Husserl, para quem, em boa parte de sua filosofia fenomenológica, chegar à verdade filosófica implicava afastar-se da história. Para Ricoeur, esse direcionamento metodológico muda com a experiência do antissemitismo nazista do qual Husserl foi vítima:

[...] esse pensador, subjetivo por excelência, viu-se forçado pelos acontecimentos a interpretar-se historicamente: foi preciso que o nazismo submetesse a acusação toda a filosofia socrática e transcendental para que o professor de Friburgo procurasse acostar-se à grande tradição da filosofia reflexiva e nela reconhecesse o *sentido* do Ocidente.¹⁰⁶

Dessa forma, o que percebemos é a utilização consciente pelo filósofo da palavra ‘sentido’. Aquela justificação do trabalho filosófico sobre a história produz o sentido do curso histórico, ou, como aponta Ricoeur, é pela história que o sentido da história da consciência é justificado. A pressuposição desse sentido abre crédito para uma certa teleologia da história. Aqui Ricoeur se refere mais especificamente às filosofias especulativas da história,¹⁰⁷ trabalhadas por nós no primeiro capítulo.

105 Ricoeur (1968, p. 37).

106 Ricoeur (1968, p. 37, grifo do autor).

107 A expressão “filosofia da história” surge no século XVIII com Voltaire, embora haja polêmica conhecida sobre a origem das primeiras formulações filosóficas sobre um sentido histórico (Barros, 2011, p. 119). Dessa forma, “O problema de quem terá inventado a filosofia da história é controverso: há argumentos que justificam a atribuição ao filósofo italiano Vico (1668-1744), embora sua obra tenha passado em grande parte despercebida na sua época, o que

Ricoeur entende que essa abertura a uma teleologia da história de tipo especulativo faz aflorar uma dupla suposição: uma do lado da historicidade da razão filosófica e a outra do lado da significação da história (da filosofia). Do primeiro lado, “o filósofo supõe que a razão desenvolva uma história, porque ela é da ordem da exigência, da tarefa, do dever-ser, da ideia reguladora e que uma tarefa não se realiza senão numa história”.¹⁰⁸ Já do segundo lado, “supõe o filósofo que

justifica remontar a um passado ainda mais distante, aos textos de Santo Agostinho, ou mesmo a certos trechos do Velho Testamento. Para efeitos práticos, porém, temos razão em afirmar que a filosofia da história começou a ser considerada matéria independente no período que se inicia com a publicação, em 1784, da primeira parte das *Idéias para uma História Filosófica da Humanidade*, de Herder, e terminou pouco depois do aparecimento da obra póstuma de Hegel, *Conferências sobre a Filosofia da História*, em 1837” (Walsh, 1978, p. 13).

108 Ricoeur (1968, p. 37). Como esclarece Hegel (2001, p. 53): “O único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de Razão, que é a lei do mundo e, portanto, na história do mundo as coisas aconteceram racionalmente. Essa convicção e percepção é uma pressuposição da história como tal; na própria filosofia a pressuposição não existe. A filosofia demonstrou através de sua reflexão especulativa que a Razão – esta palavra poderá ser aceita aqui sem maior exame da sua relação com Deus – é ao mesmo tempo substância e poder infinito, que ela é em si o material infinito de toda vida natural e espiritual e também é a forma infinita, a realização de si como conteúdo. Ela é substância, ou seja, é através dela e nela que toda a realidade tem o seu ser e a sua subsistência. Ela é poder infinito, pois a Razão não é tão impotente para produzir apenas o ideal, a intenção, permanecendo em uma existência fora da realidade – sabe-se lá onde – como algo característico nas cabeças de umas poucas pessoas. Ela é o conteúdo infinito de toda a essência e verdade, pois não exige, como o faz a atividade finita, a condição de materiais externos, de meios fornecidos de onde extrair-se o alimento e os objetos de sua atividade; ela supre seu próprio alimento e sua própria referência. E ela é forma infinita, pois apenas em sua imagem e por ordem sua os fenômenos surgem e começam a viver. É a sua própria base de existência e meta final absoluta e realiza esta meta a partir da potencialidade para a realidade, da fonte interior para a aparência exterior, não apenas no universal natural, mas também no espiritual, na história do mundo”.

a história recebe sua qualificação especificamente humana, graças a uma certa emergência e promoção de valores que o filósofo pode retomar e compreender como um desenvolvimento da consciência".¹⁰⁹ A interpretação corrente de que a filosofia tenha nascido e se desenvolvido primeiramente na Grécia e no Ocidente é, para o filósofo – pelo menos o filósofo ligado à tradição socrática, transcendental e reflexiva, ou seja, filiado à história da filosofia (europeia) –, a prova e a garantia de sua empreitada e dessa dupla suposição. Chegamos ao ponto em que a própria história da filosofia manifesta a seu modo uma exaltação inconfessada da lógica e do sentido.

Essa filosofia da história presente na história da filosofia se manifesta pela presença e pelo desenvolvimento do ecletismo,¹¹⁰ que, segundo o filósofo, é uma escapatória tentadora e solução econômica para o problema da verdade filosófica, acabando por se transformar em tagarelice medíocre. As verdades dos grandes sistemas aparecem nele como adição de verdades esparsas e concordantes, caindo, na visão de Ricoeur, em filosofias inconfessadas da história:

[...] uma filosofia – a filosofia pessoal do historiador – estabelece-se em situação de privilégio e se situa no ápice da história como meta para a qual se encaminhavam todos os esforços passados. A história marcha para mim; sou o fim da história; a lei de construção da história da filosofia é o próprio sentido de *minha* filosofia.¹¹¹

109 Cf. Ricoeur (, 1968, p. 37).

110 "A diretriz filosófica que consiste em escolher, dentre as doutrinas de diferentes filósofos, as teses mais apreciadas, sem se preocupar em demasia com a coerência dessas teses entre si e com sua conexão aos sistemas de origem" (Abbagnano, 2007, p. 298).

111 Ricoeur (1968, p. 47, grifo do autor).

Para Ricoeur, esse vício do ecletismo tem como principal representante o hegelianismo. Para Hegel, a história da filosofia se faz de conexões imprescindíveis, visando o encadeamento de princípios filosóficos na constituição de um rico desenvolvimento rumo a uma inteligibilidade do devir histórico em que sínteses do heterogêneo sejam alcançadas na solidificação do sistema. Conforme interpreta Ricoeur,

Haveria uma história interna da filosofia, por que uma unidade de intenção se manifestaria em um desenvolvimento. Seria, pois, possível descobrir a lei de tal progresso interior e considerar os próprios desvios e as situações embaraçosas evidentes da reflexão filosófica como uma espécie de “astúcia” da razão, como uma pedagogia do espírito.¹¹²

Dessa forma, esse sentido implícito na história da filosofia estabelece forçosamente sequências, sendo estas curtas ou parciais, fazendo com que obrigatoriamente uma filosofia só seja compreendida se for situada em determinado desenvolvimento. Para Ricoeur, todos os historiadores da filosofia praticam tal gênero de compreensão, mesmo existindo aqueles que mantêm certo receio ao sistema. A compreensão das filosofias fica subordinada, por fim, ao movimento de conjunto, na totalidade lógica:

Por exemplo, a sequência: Descartes, Spinoza, Leibniz, Kant, é clássica na história da filosofia francesa; com os alemães (afinal foi o próprio Hegel que impôs esse esquema e veremos daqui a pouco o que há de malévolo na operação) tem-se uma sequência: Kant, Fichte, Schelling, Hegel. [...] de que maneira Hegel, em suas *Lições de história da filosofia*, compreende Spinoza? Spinoza é a filosofia da substância sem a subjetividade. Privada a

112 Ricoeur (1968, p. 47).

substância do momento da reflexão, a subjetividade “cai” para fora da substância; é o que faz com que a filosofia possa ser uma Ética. Em consequência, compreender consiste em ler Spinoza de diante para trás, a partir de uma filosofia que tenha integrado a subjetividade na substância; é essa espécie de sombra trazida pela derradeira filosofia sobre a primeira que lhe confere inteligibilidade.¹¹³

Ricoeur adverte que essa solução para o problema da verdade e da história é “assaz tentadora”, pois permite uma reconciliação entre história e razão “pela atribuição de um sentido à história e de um movimento à razão”.¹¹⁴ O filósofo proclama que é preciso ter coragem de renunciar a esse tipo de compreensão e produzir história da filosofia sem filosofia da história,¹¹⁵

113 Ricoeur (1968, p. 67).

114 Ricoeur (1968, p. 47).

115 Aqui concordamos com Mendes (2019) sobre um primeiro anúncio acerca da renúncia ao hegelianismo na filosofia da história de Paul Ricoeur. Como explica o historiador, ao se referir à palavra *tentação*, que é utilizada por Ricoeur em momentos distintos no tratamento das soluções hegelianas: “Curiosamente, três décadas mais tarde, em *Tempo e Narrativa*, o autor, mais uma vez, emprega este vocabulário de origem religiosa para se referir a Hegel. No trabalho de 1950 ele afirmava que o aspecto mais tentador apontava para a autonomia que a história da filosofia hegeliana concede ao campo do pensamento ao vincular cada fase da história da filosofia à precedente e não a variáveis de outras ordens” (Mendes, 2019, p. 90). No terceiro tomo de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur dedica um capítulo ao problema da totalização do tempo pela filosofia da história de Hegel – *Renunciar a Hegel* – de onde se extrai novamente mais uma *tentação* hegeliana: “Se, como reconhecemos naquela ocasião, o relativo fracasso de todo pensamento sobre o passado como tal decorre da abstração do passado, da ruptura de seus laços com o presente e com o futuro, a verdadeira refutação às aporias do tempo não deveria ser buscada num modo de pensar que abarcasse o passado, o presente e o porvir *como um todo*? Não se deveria decifrar, na disparidade dos ‘grandes gêneros’ que articulam a representação do passado como tal (reefetuação, posição de alteridade e de diferença, assimilação metafórica), o sintoma de um pensamento que não ousou elevar-se à altura da apreensão da história como a própria totalização do tempo no eterno presente? Dessa questão nasce a *tentação hegeliana*” (Ricoeur, 1997a, p. 329-

e por duas razões pertinentes: a primeira, porque, ao adotar a filosofia como unicidade de movimento, sacrificam-se a originalidade e a singularidade, pois cada filósofo é enquadrado/colocado como predecessor a preparar seus sucessores, ele se torna então momento relativo de uma dialética ou um lugar de passagem de um desenvolvimento sistêmico e sem aprofundamento. A segunda, porque essa postura exerce sobre todos os outros autores e filosofias um imperialismo, uma imposição. Essa postura imperialista, compara Ricoeur, é o oposto da atitude do historiador de ofício, que, como vimos, aceita expatriar-se, que se coloca no lugar do outro como um exercício de comunicação das consciências.

Este é o primeiro modelo de leitura da História feita pelos historiadores da filosofia que, segundo Ricoeur, não resolve o problema da busca da verdade filosófica frente às múltiplas filosofias e nem da história. Esta primeira solução econômica se reduz à filosofia da história de tipo especulativo e metafísico, tendo seu polo-limite no sistema. Dessa forma, Ricoeur evidencia que essa história da consciência presente na história da filosofia não somente abandona os contrassensos, mas também ignora o individual, o não sistematizável, o excepcional. Ricoeur então avança para a segunda leitura da História com o seguinte questionamento: “o caráter singular, incomparável de cada filosofia não é acaso um aspecto da história tão importante quanto a racionalidade do movimento de conjunto?”¹¹⁶ É o que verificaremos a seguir.

330).

116 Ricoeur (1968, p. 40).

4.2 A HISTÓRIA COMO SETOR DE INTERSUBJETIVIDADE

A segunda leitura filosófica da História se baseia na premissa de que o filósofo-historiador pode buscar a intimidade e a singularidade de cada filosofia em detrimento da amplidão imperialista do sistema:

[...] pode voltar-se para uma filosofia particular e procurar de que modo nela se estabelecem toda a problemática de uma época, todas as influências do passado: em lugar de recolocar essa filosofia no movimento da história, ele há de considerar todo o passado dessa filosofia como a motivação que ela sofre e inclui [...].¹¹⁷

Nessa esteira, quanto maior for a incursão em determinada filosofia em particular, maior será o nível de compreensão. A história, segundo essa leitura, está vinculada aos filósofos e às obras, em detrimento do movimento de conjunto. Está, por conseguinte, mais interessada em atingir a questão que outro filósofo propôs e situou, sendo retrabalhada como questão viva e de identificação pessoal com o problema. Dessa forma, voltando ao exemplo de Spinoza:

[...] não será mais uma variedade de panteísmo, ou de racionalismo; não mais haverá 'ismo' para designá-lo; ele será ele próprio, graças à compreensão filosófica; compreender Spinoza consistirá em referir todas as suas respostas a todas as suas questões; o sistema de Spinoza não será mais uma resposta a questões em geral; não será mais em relação a problemas anônimos que se determinará Spinoza, entre outros e contra outros filósofos; ao contrário, o spinozismo procederá

117 Ricoeur (1968, p. 40).

de uma questão que ele terá sido o único a formular; por conseguinte, sua verdade incomparável consistirá na adequação de sua resposta à sua questão.¹¹⁸

A história da filosofia tratada sob este aspecto encontra algumas limitações. Se, por um lado, ela é concebida como essência singular, como filosofema,¹¹⁹ ou seja, como obra que possui seu sentido em si mesma, sendo fiel à história de um problema e não de um conjunto maior, por outro, essas filosofias tendem a ser postas em sentidos radicalmente isolados. Passam a ser vistas como filosofias individuais onde cada uma constitui um mundo total, “no qual se deve penetrar lentamente, por uma espécie de familiaridade que jamais se completa, exatamente como se procura compreender um amigo, sem jamais confundi-lo com qualquer outro”.¹²⁰ Mas, na medida em que tento compreender tal filósofo como um amigo íntimo, por uma visita constante de suas obras, como uma prática de “verdade na caridade”, exerço por definição também uma comunicação por expatriação num outro:

A comunicação exclui toda pretensão de englobar, de reduzir o outro a uma parte de meu discurso total. No sistema, cada filosofia vem em seu lugar como um momento de uma única filosofia; exerço um domínio soberano sobre as filosofias compreendendo-as como momentos, ao passo que, na atitude de comunicação, o filósofo que procuro compreender é verdadeiramente meu par; não é, pois, simplesmente um discurso parcial, mas uma personalidade completa. É sem dúvida um outro

118 Ricoeur (1968, p. 67-68).

119 “[...] o sentido da obra e não mais a subjetividade de seu autor, enquanto indivíduo; trata-se, sem dúvida, da obra como objeto cultural, tendo em si mesma seu sentido, secretado de certo modo por si mesmo” (Ricoeur, 1968, p. 68).

120 Ricoeur (1968, p. 68).

modelo de verdade que aqui invoco, uma verdade tal que exclui toda *Suma*. Poder-se-ia dizer que aqui a verdade seria completa, se a comunicação pudesse completar-se; mas, ela permanece aberta. [...] não posso compreender alguém se eu mesmo não sou alguém e se não entro em debate; nesse momento, não há mais posição privilegiada para ler o sistema, a verdade é radicalmente inter-subjetiva.¹²¹

Embora tal comunicação intersubjetiva privilegie a compreensão de um par como personalidade completa e não de um sistema, ela evidencia um limite importante quanto ao problema da verdade e da história:¹²² mesmo não havendo uma comunicação total das consciências, o que, como veremos mais tarde, significa, de certa maneira, a morte da história, a leitura da história pelas filosofias individuais, ainda que pretenda chegar às essências, nunca poderá de fato alcançá-las, mantendo tal pretensão como esperança:

[...] o historiador sempre se detém numa espécie de compreensão intermediária, no nível dos gêneros comuns, sem atingir a essência singular; esses gêneros comuns, bem os co-

121 Ricoeur (1968, p. 70-71).

122 Ricoeur faz uma diferenciação entre o tipo de comunicação das consciências operada pela história dos historiadores e a comunicação pretendida pela filosofia: “a comunicação, segundo o modo histórico, difere fundamentalmente da comunicação com um amigo; neste caso o outro responde; na história, por definição, o outro não responde. O que caracteriza a comunicação histórica é ser unilateral; a história é esse segmento da intersubjetividade, onde a reciprocidade é impossível, porque dos homens do passado não possui a presença, mas somente o vestígio. Simiand via na história o conhecimento por vestígios: em história da filosofia o vestígio é a obra. Como historiador, interrogo uma obra que não me responde; há, pois, unilateralidade na relação: não obstante, posso, na acepção larga do vocábulo, falar de comunicação no sentido de que eu que leio e compreendo o outro filósofo, faço parte da mesma história que ele; é no interior do movimento total das consciências que uma consciência compreende outras que não respondem” (Ricoeur, 1968, p. 71).

nhecemos: chamam-se realismo, idealismo, espiritualismo, materialismo, etc. Pelo fato de não se chegar à singularidade, pára-se na tipologia; e é verdade que a tipologia é um meio de compreender, cuja função irreduzível se nos patenteará dentro em pouco. Se se avança além do tipo, do gênero comum, só existe uma maneira de designar a filosofia de Spinoza... é o spinozismo; é preciso produzir-se um 'ismo' à sua medida.¹²³

Esta segunda leitura filosófica da História, portanto, também não resolve o problema da verdade e da história, pois mantém ainda a solução dos problemas universais da filosofia em discursos esparsos e limitados, ao mesmo tempo que deixa em suspenso a história efetiva, na medida em que a opção por essa leitura “envolve o fato de que o econômico, o social, o político, não são considerados *senão* como influência, situação, facilitação em relação à emergência de tal criador de pensamentos, de tal obra singular”.¹²⁴ Resta-nos então saber qual a posição de Ricoeur quanto a essas duas maneiras de conceber a história, assim como evidenciar como o autor francês estabelece a relação entre a História dos historiadores e a filosofia pelo viés dessas leituras da história da filosofia.

4.3 O CAMINHO DO MEIO E O ACERTO DE POSIÇÕES

As argumentações que desenvolvemos até aqui nos conduziram por um debate em que tanto a história como devir e a História produzida pelos historiadores podem ser retomadas pelos historiadores da filosofia, ao passo que essas mesmas leituras da (H) história também almejavam evidenciar as aporias da filosofia

123 Ricoeur (1968, p. 68, grifo do autor).

124 Ricoeur (1968, p. 41, grifo do autor).

quanto sua busca pela verdade e a situação histórica da filosofia. Apesar da primeira aporia, a da verdade filosófica, possuir ainda outros elementos apontados pelo autor, optamos por concentrar a reflexão no que achamos mais conveniente ao problema específico da História, que é o tema central dessa pesquisa. Dessa forma, as duas leituras expostas buscam, ao seu termo, fazer aflorar a subjetividade da (H) história. A primeira “como única consciência humana cujo sentido está a caminhar como série contínua de momentos lógicos”.¹²⁵ Já a segunda, “como múltipla emergência, como série descontínua de afloramentos, tendo cada qual um sentido próprio”.¹²⁶

A primeira leitura desemboca na exaltação do sentido, na teleologia, sacrificando a originalidade e a singularidade, exercendo um imperialismo e uma violência sobre as demais filosofias e sobre a História dos historiadores, excluindo do sistema, da coerência e da racionalidade um gigantesco resíduo, na esperança de alcançar o discurso total:

[...] *esse resíduo é justamente a história*. Por quê? Temos antes de mais nada toda a polpa da história vivida pelos homens que, por contraste, parece insensata; é a violência, a loucura, o poder, o desejo; nada disso pode introduzir-se na história da filosofia. Mas isso nada seria ainda, pois que, face à violência, no sentido em que entende Eric Weil, sou obrigado a escolher entre o senso e o contra-senso. Sou filósofo e escolho o senso; tanto pior para o contra-senso que permanece. Mas, o que é muito mais grave, é que não apenas deixei de lado de fora o contra-senso, mas também “um outro sentido”, uma maneira outra de ter sentido.¹²⁷

125 Ricoeur (1968, p. 42).

126 Ricoeur (1968, p. 42).

127 Ricoeur (1968, p. 69-70, grifo do autor).

Por seu turno, a segunda leitura filosófica da história desemboca na esperança desse mesmo discurso total, mas por meio da busca das singularidades, como partes totais. Essa perspectiva também deixa o resíduo da história de fora do seu núcleo, pois pretende a essencialização da história, dos autores e obras. Diante dessas limitações, como Ricoeur enxerga o exercício tanto da história da filosofia e da História dos historiadores na difícil tarefa de interpretar a multiplicidade de características do homem no transcurso do tempo?¹²⁸

O filósofo propõe três conclusões sobre essa contradição, à medida que, para nós, também nivela as posições no debate entre História e filosofia, onde nem sempre este se qualifica pela similitude e mutualidade:

1 – Essa dupla leitura da história da filosofia revela um duplo aspecto que, segundo Ricoeur, está presente virtualmente em toda história e que pode ser instrutivo para o historiador de profissão, embora só venha a lume como exercício de reflexão ou retomada filosófica: toda história hesita entre um tipo estrutural e outro baseado nos acontecimentos. “Esse paradoxo latente é o seguinte”, explica Ricoeur:

[...] dizemos: a história, a *história no singular*, porque esperamos que um sentido humano unifique e torne razoável essa história única da humanidade; é essa aposta implícita que procura explicitar o filósofo racionalista que escreve uma história da consciência; mas também dizemos os homens, *os homens no plural* e definimos a história como a ciência dos homens do passado, porque esperamos que as pessoas surjam como centros radicalmente múltiplos de Humanidade; é esta a suspeita que o filósofo existencial traz a lume ao dedi-

128 “[...] meu problema era saber o que essa contradição nos ensina sobre a história em geral” (Ricoeur, 1968, p. 76).

car-se às obras singulares, onde o cosmos se reorganiza em torno de um centro excepcional de existência e pensamento.¹²⁹

Por um lado, a tentativa de chegar a essa história única da humanidade caracteriza as filosofias da história, que almejam imprimir um discurso único sobre os discursos parciais. Do lado da historiografia, tal leitura é posta sob olhar vigilante. Ricoeur chama atenção para a posição dos historiadores de ofício sobre essa relação entre a História e a filosofia da história. Para ele, os historiadores de profissão reservam certa crítica e desconfiança quanto a esta relação. Contudo, Ricoeur sinaliza que essa desconfiança, a seu ver legítima, pode ser frutífera quanto aos alcances e limites do emprego filosófico da história. Vejamos primeiramente os motivos de desconfiança quanto à filosofia e, mais especificamente, à filosofia da história de tipo especulativa:

Em primeiro lugar, recusar-se-á categoricamente o historiador profissional a identificar a história à história da filosofia, e até mesmo mais largamente à história da consciência e, por fim, a um evento qualquer. Dirá ele, sem dúvida, que o sentido da história, a teleologia da história, lhe escapa por completo, que não há verdadeiro problema quanto ao “mister de historiador” e que nem mesmo é necessária a suposição de um sentido qualquer para uma “apologia da história”. O alargamento e o aprofundamento que ambiciona para a história, ele os busca não do lado do sentido racional, mas antes do lado da complexidade, da riqueza das conexões entre o geográfico, o econômico, o social, o cultural, etc. para ele, a Humanidade se diversifica infinitamente em sua realidade de fato, em grau mais elevado do que a unificação que experimenta em seu sentido de direito. Em suma, haverá o historiador de desconfiar da filosofia e, sobretudo,

129 Ricoeur (1968, p. 42, grifo do autor).

da filosofia da história. Temerá que esta última esmague a história debaixo de seu espírito sistemático, que a mate como *história*. Oporá, portanto, a objetividade que tenha conquistado com a sua subjetividade de historiador, à subjetividade filosófica na qual o filósofo que-
reria engolir uma e outra.¹³⁰

Aqui encontramos o primeiro embate entre História e filosofia. Ricoeur procura resolver essa discussão com a ideia de operação de retomada. Segundo ele, a resistência dos historiadores quanto a esta leitura da história feita pela filosofia é absolutamente legítima e revela o verdadeiro sentido de uma história da consciência, pois “uma história da consciência é obra de filósofo, de historiador da filosofia, se se quiser”.¹³¹ Como empresa de filósofo, tal leitura da história só pode ser feita como operação de segundo grau, como retomada da história em geral e da História dos historiadores.

Outro motivo para a existência e justificação da filosofia da história está na concepção de escolha. Assim como o historiador de ofício faz escolhas quanto ao seu objeto de estudo, ou seja, o próprio homem ao longo do tempo, o filósofo também as faz quanto à História, por meio de indagações que vão em direção “a emergência dos valores de conhecimento, de ação, de vida e de existência através do tempo das sociedades humanas”.¹³² Em vista disso e de uma subjetividade limitada, o filósofo aborda o significado da história como uma ideia pré-concebida, esperando encontrar na História que lê o sentido do seu pressentimento (como coincidência da via curta do conhecimento de si e a via longa da história). Ricoeur pergunta se haveria um círculo

130 Ricoeur (1968, p. 38, grifo do autor).

131 Ricoeur (1968, p. 38).

132 Ricoeur (1968, p. 39).

vicioso nessa abordagem, onde reconhece que, embora esse sentido se mantenha na ordem do pressentimento, só atingirá sua coerência enquanto alguma História oferecer “sua mediação para elevar esse pressentimento de sentido a uma verdadeira compreensão distinta e articulada”,¹³³ isto é, o nível do pressentimento filosófico só é superado quando a História dos historiadores, na condição de leitura de retomada, oferece os elementos necessários para justificar o sentido de tal pressentimento. A crítica que se pode fazer a essas histórias da consciência encontra seu termo na produção e composição de outra história da consciência melhor que a delas, ou seja, “ao mesmo tempo mais vasta e mais coerente”.¹³⁴ Isso porque não se trata mais de uma História dos historiadores, mas da lógica da filosofia.¹³⁵

133 Ricoeur (1968, p. 39).

134 Ricoeur (1968, p. 39).

135 “Mas, uma vez que se compreendeu que essa tal história é uma *composição* de segundo grau, que ela é um ato de responsabilidade filosófica, e não um dado da história dos historiadores, e muito menos uma realidade absoluta, uma história em si, não se pode ver qual a objeção que o historiador de profissão ainda poderá fazer a semelhante empresa. Na linguagem de Éric Weil, eu diria que a história dos historiadores faz surgirem ‘atitudes’ humanas; o filósofo, pelo seu ato específico de retomada, eleva as ‘atitudes’ ao nível de ‘categorias’ e procura uma ordem coerente das categorias num ‘discurso coerente’; mas então essa história do espírito já é uma ‘lógica da filosofia’ e não mais uma história de historiador” (Ricoeur, 1968, p. 39, grifo do autor). A respeito de uma aproximação entre Éric Weil e Paul Ricoeur sobre uma visão compartilhada na interpretação sobre a filosofia e o método de Hegel, Dosse (2003, p. 243) assinala: “O gesto filosófico comum a Weil e a Ricoeur volta a colocar as antinomias sem a ultrapassagem dialética, numa reconciliação de contrários, como em Hegel. Eles mantêm a tensão da contradição até o ponto do paroxismo que torna inelutável, não a superação dos termos da contradição, mas o transbordamento destes por um deslocamento que permite ressaltar o pensamento”. Como vemos no caso da história e da filosofia da história, as aporias do sentido e da singularidade não são de fato resolvidas, mas postas em tensão constante, fazendo que este transbordamento da reflexão almeje uma reconciliação.

Acrescentamos ainda uma última justificação para a filosofia da história. Assim como Jacques Le Goff, também entendemos que a filosofia da história é autônoma como campo de produção de conhecimento sobre a história na medida em que supre, ainda que de maneira diferente (e sob suspeita de inadequação), um vácuo reflexivo deixado pelos historiadores. Como explica o historiador:

[...] na medida em que a ambiguidade – provocada pelo vocabulário – entre história como decorrer do tempo dos homens e das sociedades e história como ciência deste decorrer continua a ser fundamental, na medida em que a filosofia da história correspondeu muitas vezes à vontade de preencher – provavelmente em termos inadequados – o lamentável desinteresse dos historiadores “positivistas” (que se consideravam a si próprios puros eruditos) pelos problemas teóricos e a sua recusa em tomar consciência dos preconceitos “filosóficos” subjacentes ao seu trabalho, que se pretendia puramente científico [...] O estudo das filosofias da história não só faz parte de uma reflexão sobre a história, como impõe a todos o estudo de historiografia.¹³⁶

Para Marrou, esse desinteresse dos historiadores “positivistas” pela filosofia e por suas contribuições ao campo teórico da História, que ecoou de certa forma entre os historiadores dos *Annales*,¹³⁷ fez surgir uma

136 Le Goff (2003, p. 76).

137 O próprio Le Goff (2003, p. 76): “Partilho com a maioria dos historiadores de uma desconfiança, nascida do sentimento da nocividade de misturar os gêneros e dos malefícios de todas as ideologias que façam recuar a reflexão histórica, no difícil caminho da cientificidade. Direi de bom grado com Foustel de Coulanges: ‘Há filosofia e há história, mas não há filosofia da história’”; Febvre (1989, p. 16): “A História sentia-se à vontade na corrente desses pensamentos fáceis; aliás, muitas vezes o disse para comigo, os historiadores não têm necessidades filosóficas muito grandes”; Chartier (2002, p. 223): “O tema não é daqueles

mentalidade tecnicista entre os historiadores. Como aponta, utilizando-se de sarcasmo ácido:

A nossa profissão está cheia, saturada de servidões técnicas; tende com o tempo a desenvolver no prático uma mentalidade de inseto especializado. Em vez de o ajudar a reagir contra esta deformação profissional, o positivismo dava ao sábio tranquilidade de consciência ('sou um simples historiador, não sou um filósofo; cultivo o meu jardimzinho, cumpro o meu ofício honestamente, não me meto naquilo que me ultrapassa: *ne sutor ultra crepidam...* *Altiora ne quaeseris!*'); seria descer à categoria de operário manual; o sábio que implica um método cuja estrutura lógica desconhece, que aplica regras cuja eficácia não é capaz de medir, passa a ser como um desses operários encarregados de vigiar uma máquina-utensílio, cujo funcionamento controlam, mas que seriam incapazes de reparar e, ainda mais, incapazes de construir.¹³⁸

Desse modo, temos os alcances da relação entre a História dos historiadores e a filosofia, perpassados por uma desconfiança colossal por parte dos historiadores ao ramo específico da filosofia da história. Todavia, lembra ainda Ricoeur, no apontamento de um limite fulcral que, não contente em “nutrir” a história da filosofia (no que pese também sua importância em fazer surgir as “atitudes” humanas para benefício das filosofias da história), a História dos historiadores se apresenta ainda como advertência contra os riscos da transmutação das ações humanas em lógica filosófica:

que o historiador aborda sem inquietação. Há várias razões para seus temores, sobretudo o medo de que sejam despertados os fantasmas adormecidos das 'filosofias da história' à Spengler ou à Toynbee – essas filosofias 'baratas' (como escrevia Lucien Febvre) que desenvolvem seu discurso sobre a história universal a partir de um conhecimento de terceira mão das regras e procedimentos do trabalho histórico”.

138 Marrou (1975a, p. 8).

[...] lá está ela a recordar ao filósofo racionalista a importância daquilo que ele despreza, daquilo que ele se recusa a tematizar exatamente por causa de sua 'opção de filósofo' racionalista; a história dos historiadores recorda ao filósofo sobre que contra-senso se baseia todo sentido. E, todavia, o filósofo não será abalado por esse espetáculo de loucuras, de malogros, de rapacidades que a história exhibe, pois sabe que sua história não é encontrada, mas reencontrada a partir dos objetivos da razão.¹³⁹

Do estágio da busca pela *história no singular*, da história que procura unificar a espécie humana em um sentido racional e, em nível localizado para nós, o da história estrutural, chegamos ao seu extremo oposto que é a visão sobre os homens como centros radicalmente múltiplos de Humanidade. Esse aspecto que surge como resíduo deixado pela filosofia da história é a outra maneira de conceber a escrita da história, tanto dos filósofos-historiadores como dos historiadores de ofício. A história, além de visão ampla, é também plural, encerrada em acontecimentos (*événements*), diversa e múltipla, dessa forma, "se não houvesse rupturas, novações, também não haveria história".¹⁴⁰

Poderíamos indagar Ricoeur: a valorização das particularidades não suprime o sentido evocado pela totalidade? Segundo ele, a noção de sentido não se esgota com a de desenvolvimento, de encadeamento das singularidades, pois "os nós da história que são os acontecimentos não constituem de modo algum centros de irracionalidade, mas ao contrário centros organizadores e, sob esse título, centros de significação".¹⁴¹

A significação da história, portanto, não é exterior aos

139 Ricoeur (1968, p. 40).

140 Ricoeur (1968, p. 78).

141 Ricoeur (1968, p. 43).

acontecimentos, pois estes, como centros irradiadores, já possuem significado. Sendo assim,

Pode pois a história ser lida como desenvolvimento extensivo do sentido e como irradiação de sentido a partir de uma multiplicidade de centros organizadores, sem que nenhum homem mergulhado na história possa ordenar o sentido total desses sentidos irradiados. Toda “narrativa” participa de dois aspectos do sentido: como unidade de composição, ela aposta na ordem total em que se unificam os eventos; como narração dramatizada, ela corre de nó em nó, de rugosidade em rugosidade.¹⁴²

Manifesta-se assim, pelo discurso filosófico apoiado nas entranhas da história da filosofia, o duplo caráter de toda história, seja ela filosófica, seja ela científica: “que é ser ao mesmo tempo estrutural e conduzida pelos acontecimentos, de ser unidade da história e multiplicidade dos acontecimentos, das obras e dos homens”.¹⁴³ Visualizando de outra forma, a história é contínua e descontínua ao mesmo tempo; contínua na medida em que quer formular um único sentido em marcha e descontínua como constelação de pessoas. Do lado da História dos historiadores sinaliza a dialética entre a perspectiva estrutural, global, da longa duração;¹⁴⁴ e a perspectiva das particularidades, do acontecimental, do micro: do mediterrâneo de Braudel, da longa Idade Média de Le Goff a Walter Benjamin e sua emergência do agora, Foucault e sua genealogia e

142 Ricoeur (1968, p. 43).

143 Ricoeur (1968, p. 78).

144 Assinalamos que a história científica não almeja encontrar um sentido teleológico para a história ou uma busca pelo significado da espécie humana, apesar de se apropriar de modelos interpretativos da filosofia que enxergam uma certa lógica transtemporal no que tange ao embate de forças sociais, como o método do materialismo histórico-dialético de Karl Marx. A comparação que fazemos é puramente da ordem das escalas e sua dialética latente posta em confrontação pela historiografia.

arqueologia da história e Carlo Ginzburg e sua micro-história.¹⁴⁵

2 – A segunda conclusão de Ricoeur é fruto desta primeira. Se a história da filosofia pode ser inteligível pela busca dialética entre a totalidade de sentido e a singularidade das obras filosóficas, entre o contínuo e o descontínuo, significa dizer que, de certa maneira, há uma destruição da história se tais objetivos forem de fato alcançados. Refletindo sobre o primeiro modelo-limite, o do sistema, e mais uma vez lembrando Hegel, Ricoeur aponta:

Antes de mais nada, desde que haja sistema, não há mais história. Na *Fenomenologia do Espírito* ainda se encontra uma certa história, aliás ‘ideal’, constituída pelas ‘figuras’ do Espírito; ora, quando se passa à *Lógica* de Hegel, não há mais ‘figuras’, mas ‘categorias’, não há mais história de nenhum modo. O limite da compreensão histórica é, portanto, a supressão da história no sistema.¹⁴⁶

Dessa forma, dando crédito àquela primeira desconfiança dos historiadores de ofício, entende Ricoeur que a passagem da (H) história – e das “atitudes humanas” que ela pode fornecer à filosofia – à lógica, significa a morte desta, justamente porque suprime a vida humana no conceito abstrato, especulativo. Para nós historiadores, significa levar a História que produzimos ao grau extremo da leitura de retomada, de recepção, ao nível categórico onde a (H) história não

145 Guardadas as devidas diferenças temporais entre a publicação de *História e Verdade* e as obras de referência desses autores, apesar de não serem citados por Ricoeur, sugerimos eles porque são grandes representantes do lado da História dos historiadores dessa dualidade latente de toda história, mesmo que alguns, como Benjamin e Foucault, não sejam por definição de formação acadêmica reconhecidamente historiadores de ofício.

146 Ricoeur (1968, p. 78).

mais existe. Quanto ao segundo modelo-limite, o da particularidade das obras, essa conclusão permanece a mesma, pois

Quando se pratica a história da filosofia conforme o segundo método, chega-se a uma espécie de esquizofrenia, vivendo-se num filósofo, depois noutro, sem haver passagem dum ao outro; pode-se mesmo dizer que esses filósofos não pertencem mais a qualquer época, são singularidades que flutuam fora da história, essências singulares anacrônicas, intemporais.¹⁴⁷

Assim sendo, a obra se torna um artefato absolutizado que contém sua própria passadidade, mas que se apresenta como passadidade essencializada. De acordo com essa segunda conclusão, a história da filosofia revela a dicotomia fundamental de toda história a não ser como próprio trabalho de supressão da história. Desse modo, toda filosofia é, sob certo aspecto, o fim da história. De um lado, porque a Lógica anula a história; de outro, porque na singularidade também se nega toda história. Esse é um resultado paradoxal, pois “é sempre na fronteira da história, do fim da história, que se compreendem os traços gerais da historicidade”.¹⁴⁸

3 - Como dicotomia de esperanças, ou seja, como modelos-limite que não podem chegar ao absoluto de suas possibilidades a não ser pelo apagamento da (H) história, “será preciso dizer que a história não é história senão na medida em que ela não atingiu, nem o discurso absoluto, nem a singularidade absoluta, na medida em que seu sentido permanece confuso, enredado”.¹⁴⁹ A História está aquém da decomposição e da supressão, sendo essencialmente equívoca, pois com-

147 Ricoeur (1968, p. 79).

148 Ricoeur (1968, p. 79).

149 Ricoeur (1968, p. 79).

porta em seu interior a virtualidade dos acontecimentos e das estruturas. Chegamos, portanto, ao ponto alto da definição de História para Ricoeur: ela é o reino da inexactidão:

Não é vã tal descoberta; ela justifica o historiador. Justifica-o de todos os seus embaraços. O método não pode ser senão um método inexato. Essa necessidade, nós a compreendemos a partir de um ponto em que todas as dificuldades seriam superadas, mas onde não mais haveria história. [...] Tende por fim esta reflexão a justificar todas as aporias do mister de historiador, aquelas que Marc Bloch assinalara em sua defesa da história e do ofício de historiador. Essas dificuldades não se devem a vícios de método, são antes equívocos bem fundamentados.¹⁵⁰

A busca por uma objetividade diferenciada das ciências naturais, arranjada em paralelo com uma subjetividade de pesquisa, consciente de suas influências e de seus perigos, caracteriza uma ciência que estuda o inexato e o equívoco, uma vez que sempre oscilará aquém do absoluto universal e do particular essencializado. Dessa forma, “quer a história ser objetiva e não o pode ser. Quer fazer reviver e não pode reconstituir. Quer tornar contemporâneas as coisas, mas é-lhe ao mesmo tempo necessário restituir a distância e a profundidade do afastamento histórico”.¹⁵¹ A história então cria seus atalhos de eficiência para tornar objetivo, à sua maneira, a impossibilidade de sua consumação total. Mas tal objetividade que é mista, que é uma construção e não um encontro com o passado dos homens, só pode ser concebida quando refletimos sobre seus limites evidenciados pela reflexão filosófica.

150 Ricoeur (1968, p. 79-80).

151 Ricoeur (1968, p. 80).

Dessa maneira, Ricoeur demonstra alguns corolários de toda história. Do lado do sistema: “Se a história é aquilo que passa aquém dessa clarificação pelo discurso, é preciso também dizer que a história universal não *existe*. Se existisse, ela seria o sistema e não seria mais história. Eis por que a ideia de história universal não pode ser senão um objetivo, uma ideia da razão”.¹⁵² Aqui o filósofo faz uma aproximação entre a história dos historiadores de ofício e a filosofia por meio da noção de totalidade como objetivo, como ideia reguladora. Para os historiadores, como vimos, essa ideia reguladora aparece na impossibilidade de alcançar o passado e de estar diante dos eventos dos quais nararam, exprimindo então sua racionalidade pela atribuição de uma teoria, que marca um caminho a percorrer, pela explicação de partes totais, na imensidão de possibilidades que o passado humano pode oferecer. Dito isto, “esse objetivo preserva o historiador das civilizações de crer que existam ilhas incomunicáveis; desde que haja duas ilhas, penso nelas conjuntamente, num mesmo cosmos; eis por que haverá sempre a tarefa de buscar relações entre todas as totalidades parciais”.¹⁵³

Se a história universal não existe senão como ideia reguladora, a busca pelas singularidades absolutas também possui suas dificuldades:

[...] estas não poderiam existir senão em obras perfeitamente singularizadas. Ora, a história comporta também forças, tendências, correntes, coisas anônimas, entidades coletivas; só em obras perfeitas e raras é que se consegue, senão atingir, ao menos a aproximação da singularidade. Há poucos seres que sejam pessoais, verdadeiramente pessoais. A personalidade é um limite da existência; o histórico

152 Ricoeur (1968, p. 80).

153 Ricoeur (1968, p. 80).

é aquilo que não pode chegar ao último grau da clarificação, nem no sentido do sistema, nem no da singularidade.¹⁵⁴

Conforme exposto, tanto o sistema como as particularidades absolutas evidenciam o equívoco e a imperfeição da (H) história, pois não podem efetivamente completá-la a não ser pelo seu apagamento.¹⁵⁵ Mesmo partilhando da desconfiança de significativa parte dos historiadores franceses quanto às filosofias especulativas da história, Le Goff toma de empréstimo algumas reflexões de Ricoeur em seu *História e memória*. Sobre essa conclusão de Ricoeur, ele comenta que mesmo sendo de ordem excessivamente pessimista, evidencia, sob os aspectos levantados, uma concepção verdadeira no que concerne às ambiguidades da História como ciência e suas incertezas metodológicas.¹⁵⁶ Visão esta (a de contribuições de filósofos à História, mesmo que pessimistas) que não foi muito partilhada pelo grande historiador francês do século XX, responsável por uma das primeiras e mais importantes reflexões do tempo da história e pela incursão definitiva das estruturas no estudo historiográfico, Fernand Braudel, para quem, o debate em torno de questões clássicas da historiografia, como a objetividade e subjetividade, eram de pouco ou nenhum interesse para os historiadores.¹⁵⁷

154 Ricoeur (1968, p. 80).

155 “E, como aquilo que completaria seria também aquilo que suprimiria, seria talvez preciso dizer – ainda que a expressão seja um tanto ou quanto hegeliana: só aquilo que suprime é capaz de manifestar” (Ricoeur (1968, p. 80).

156 Le Goff (2003, p. 22).

157 Em lição inaugural no Collège de France feita em dezembro de 1950, portanto dois anos antes da aparição de *Objetividade e subjetividade em história* de Paul Ricoeur, vociferosa Braudel (2005b, p. 22): “Mas para que discutir sobre essa tumultuosa palavra ciência e sobre todos os falsos problemas que daí derivam? Para que empenhar-se no debate, mais clássico, porém, ainda mais estéril, da objetividade e da subjetividade na história do qual não

Essa rejeição braudeliana, por fim, nos estimula uma última reflexão sobre essa problemática: a da ordem do contexto de produção desses textos de Ricoeur, o direcionamento implícito deles e uma contribuição derradeira da filosofia quanto ao ofício dos historiadores. Como indica François Dosse, em texto onde discute e exalta as contribuições de Paul Ricoeur ao campo da historiografia, intitulado “*Paul Ricoeur revoluciona a história*”, fazendo alusão ao texto de Paul Veyne, “*Foucault revoluciona a história*”,¹⁵⁸ o clima intelectual francês nas décadas de 1950 e 1960, em que podemos localizar a publicação de *História e Verdade*, não era favorável às teses de Ricoeur, para quem a compreensão histórica só poderia ter êxito pelo caminho das mediações imperfeitas e uma longa trilha hermenêutica, construída por “uma escolha exigente que recusa os atalhos fáceis e os falsos dilemas”.¹⁵⁹ Como aponta o historiador:

Nos anos 1950 e 1960, assiste-se ao sucesso de uma tese *fisicalista, objetivista*, com o triunfo progressivo do *estruturalismo*, que transformou profundamente a disciplina histórica no sentido de se dar *atenção a plataformas cada vez mais imóveis*, a um *descentramento do homem*, à valorização do que escapa à parte explícita da ação humana.¹⁶⁰

nos libertaremos enquanto os filósofos, talvez por hábito, nele se demorem, enquanto não ousarem perguntar a si mesmos que as ciências mais gloriosas do real não são, também objetivas e subjetivas ao mesmo tempo. Por nós, que nos resignaríamos sem esforço a não crer na obrigação da antítese, aliviariamos de bom grado desse debate nossas habituais discussões de método. Não é entre pintor e quadro, ou mesmo, audácia que se julgou excessiva, entre quadro e paisagem que se situa o problema da história, mas na própria paisagem, no coração da vida”.

158 Mendes (2014) possui um interessante estudo comparativo sobre os dois textos.

159 Dosse (2017a, p. 72).

160 Dosse (2017a, p. 72, grifo nosso).

Ainda segundo Dosse, um dos maiores historiadores especialistas no movimento intelectual do estruturalismo francês,

[o estruturalismo] caracterizava-se como paradigma crítico a partir de uma atrelagem constituída por uma disciplina-modelo – a linguística –, duas disciplinas-rainha – a sociologia e a etnologia –, e duas doutrinas de referência – o marxismo e o psicanalismo. Essa configuração das ciências sociais tinha expressão filosófica nos pensamentos da desconfiança, nas estratégias de desvelamento, com a ideia de que a verdade científica é acessível, porém oculta, velada. O que caracterizava então esse paradigma era o *desenvolvimento de um pensamento do descentramento*. As ciências humanas mais celebradas durante esse período eram as que tinham *maior capacidade de expropriar a presença, a atestação do sujeito*, e, em primeiro lugar, tudo o que dissesse respeito à ação, ao ato de linguagem, que constituíam oportunidades de realizar operações significantes. Nesse contexto, o estruturalismo permitia conjugar os efeitos do objetivo teórico de *destituição do sujeito e a ambição de compreensão objetivante, com ambições científicas*.¹⁶¹

Para a segunda geração do movimento dos *Annales*, que estava ligada mais a uma história estrutural do que propriamente ao movimento de intelectuais do estruturalismo, a ascensão da estrutura como categoria analítica da História representou o eclipse da chamada história *événémentielle* que, no século XIX, se concentrava na narrativa dos acontecimentos e personagens políticos.¹⁶² Segundo François Simiand, a “tribo dos historiadores” cultuava três ídolos que deveriam ser derrubados: “o ídolo político”, referente à história

161 Dosse (2017a, p. 41, grifo nosso); Dosse (2007, *passim*).
 162 Para uma leitura mais apurada sobre as definições de estrutura, estruturalismo e história estrutural, cf. Malerba (2008).

política, fatos políticos, guerras, etc.; o “ídolo individual”, concentrado no estudo dos grandes homens e seus feitos; e o “ídolo cronológico”, motivado pela busca das origens.¹⁶³ Foi sobretudo com Braudel e seu ousado projeto de uma história total, executado e exposto em sua obra-prima, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*,¹⁶⁴ calcado em uma tripartição do tempo histórico, que se viu uma valorização dos aspectos quase imóveis da história em detrimento de um tempo rápido e “perigoso” dos acontecimentos, operando um descentramento da subjetividade individual, em favor das forças de transformação lentas (o meio ambiente, forças produtivas, relações de produção, os costumes, as tendências, os sistemas sociais, etc.) e das massas humanas.¹⁶⁵

163 Burke (2010, p. 22).

164 *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, concebida como tese de doutorado em 1947, sendo posteriormente publicada em 1949.

165 Segundo Braudel (2005a), a história do mediterrâneo compreende a arquitetura de três níveis temporais importantes: o tempo geográfico (das estruturas), o tempo social (das conjunturas e processos) e o tempo individual (dos acontecimentos). Segundo o autor, o primeiro tempo se caracteriza por “uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca; uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados” (Braudel, 2005a, p. 13). Acima dessa história “quase fora do tempo” se encontra uma outra “história lentamente ritmada”, “uma história social, a dos grupos e agrupamentos” (Braudel, 2005a, p. 14). Nesse nível, segundo capítulo da obra, Braudel (2005a, p. 14) estuda as economias, os estados, as sociedades, as civilizações, para “melhor esclarecer minha concepção da história, mostrar como todas essas forças de profundidade agem no domínio complexo da guerra”. Finalmente, a terceira parte da obra se dedica à “história tradicional, se quisermos, da história à dimensão não do homem, mas do indivíduo, a história ocorrencial (*événementielle*) de François Simiand: uma agitação de superfície, as ondas que as marés elevam em seu poderoso movimento. Uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas. Ultra-sensível por definição, o menor passo põe em alerta todos os seus instrumentos de medida. Mas que, sendo assim, é a mais apaixonante, a mais rica em humanidade,

Ricoeur se refere a esse contexto da intelectualidade francesa nos anos 1950, e para nós faz alusão também a esse descentramento do sujeito histórico na historiografia, que, procurando se afastar de um certo tipo de escrita da história, acaba encobrindo aquele outro aspecto importante de *toda história*. Com tom de alerta, escreve o filósofo, arrematando um último benefício para os historiadores de uma retomada filosófica da história:

Com efeito, o ato filosófico fez surgir o homem como consciência, como subjetividade; esse ato tem valor de advertência e talvez também de toque de chamada para o historiador. Lembra ao historiador que a justificação de sua empresa é o homem, o homem e os valores que este descobre ou elabora em suas civilizações. E essa lembrança soa por vezes como um despertador quando o historiador é tentado a renegar sua intenção fundamental e a ceder à fascinação de uma falsa objetividade: a duma história em que não houvesse senão estruturas, forças, instituições e não mais homens e valores humanos. Assim, o ato filosófico faz aparecer, *in extremis*, a clivagem entre uma verdadeira e uma falsa objetividade, diria eu mesmo entre a objetividade e o objetivismo que omite o homem.¹⁶⁶

a mais perigosa também” (Braudel, 2005a, p. 14). A conjugação desses tempos forneceria a Braudel (2005a) uma análise “total” do mundo mediterrâneo, operando um descentramento do indivíduo em face de forças silenciosas da história, fundando à sua maneira uma história estrutural: “Um mundo perigoso, dizíamos, mas do qual teríamos conjurado os sortilégios e os malefícios havendo, previamente, fixado essas grandes correntes subjacentes, frequentemente silenciosas, cujo sentido só se revela quando se abarcam amplos períodos de tempo. Os acontecimentos retumbantes não são amiúde mais que instantes, que manifestações desses largos destinos e só se explicam por eles” (Braudel, 2005a, p. 15).

166 Ricoeur (1968, p. 44, grifo do autor).

Mais que uma exortação, acreditamos que Ricoeur estivesse enxergando um avanço estrondoso das concepções estruturalistas já no campo da História. Isso é perene quando lembramos do embate intelectual, institucional e político entre História e Antropologia na década de 1950, em que a própria antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss visou destruir a História como ciência válida em face de um modelo etnográfico que almejava reinar no campo epistemológico das ciências sociais na França.¹⁶⁷ Dessa forma, assim como a história

167 Como ficou explícito pelo importante debate disciplinar entre antropologia e história representado pelas figuras de Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel. Este primeiro, com um artigo de 1949, *História e etnologia*, posteriormente republicado como introdução de *Antropologia estrutural*, de 1958. Para o antropólogo, o método etnográfico se sobrepõe ao histórico, na medida em que a história serviria à antropologia como simples coletora de dados, como manipuladora de um saber ideográfico: “O etnólogo teria acesso ao inconsciente de uma sociedade; poderia tornar transparente aquilo que a fundamenta, ao passo que o historiador deveria contentar-se com a fina película da escuma dos dias, do cotidiano, do concreto visível” (Dosse, 2017a, p. 157). Dessa forma, somente a antropologia ostentaria a qualificação de verdadeira ciência entre os estudos das humanidades, uma vez que somente ela conseguiria estabelecer uma pesquisa conceitual e de caráter monográfico ao descortinar estruturas inconscientes e sincrônicas das sociedades. A resposta da história foi dada por Braudel *A longa duração*, artigo publicado em 1958, depois republicado na coletânea *Escritos sobre a História*, de 1969. Nele, Braudel constata que a antropologia não estava trazendo nenhuma novidade aos historiadores com a noção de estrutura, pois os *Annales* já faziam um entrelaçamento entre evento e estrutura desde a década de 1920. A grande novidade anunciada pelo historiador francês estaria na noção de longa duração: “Braudel apropria-se do conceito de estrutura, que vai buscar em Lévi-Strauss, mas ele quer dizer coisa completamente diferente na economia do discurso braudeliano. Ao contrário de Lévi-Strauss, para Braudel a estrutura é a arquitetura, montagem, porém realidade concreta: ela é observável. Sua concepção é fundamentalmente descritiva, fiel a uma escrita tradicional da história. No entanto, ele tem o mérito de apropriar-se da noção de estrutura e de dar-lhe uma dimensão temporal” (Dosse, 2017a, p. 164). Para a historiografia, portanto, é mais produtivo e coerente pensar em estruturas de longa duração em interação com outros ritmos temporais em seu aspecto diacrônico do que na formulação estática de leis e procedimentos

da filosofia é constantemente tentada pelo hegelianismo, concordamos que Ricoeur também via na História dos historiadores dos *Annales* uma certa tentação do estruturalismo anti-histórico.¹⁶⁸

matemáticos, apesar de Braudel nunca ter de fato operacionalizado essa interação dos tempos em seu *Mediterrâneo*.

168 É o que podemos inferir a partir de algumas críticas ao livro de Braudel, evidenciadas por Burke (2010, p. 56-57, grifo do autor): “Apesar de sua aspiração de atingir o que chamava de ‘história total’, Braudel muito pouco tinha a dizer sobre atitudes, valores, ou *mentalidades coletivas*, mesmo no capítulo dedicado a ‘civilizações’. Nisso diferia enormemente de Febvre, apesar de sua admiração pelo *Le problème de l’incroyance*”. Prosseguindo: “Alguns críticos foram ainda mais longe em suas críticas e falaram de ‘uma história sem homens’. Para ver que essa acusação é exagerada, basta ler as penetrantes descrições dos caracteres individuais feitas na terceira parte da obra. Contudo, também é justo dizer que o preço pago pela visão olímpica braudeliana dos assuntos humanos em grandes espaços e longos períodos é uma tendência a apequenar os seres humanos, a tratá-los como ‘insetos humanos’, uma frase reveladora dita em uma discussão sobre os pobres do século XVI” (Burke, 2010, p. 59). E ainda, sobre a organização do livro: “A crítica à organização tripartite do livro foi antecipada, mas não respondida por Braudel em seu prefácio. ‘Se for criticado em razão do método empregado na elaboração do livro, espero que pelo menos cada uma de suas partes, considerada isoladamente, possa ser tida como bem realizada.’ Um meio de fugir às críticas teria sido iniciar a obra pela história dos acontecimentos (como eu próprio fiz no resumo do livro), e mostrar que é ininteligível sem a história do meio. Iniciar, porém, pelo que considerava a história ‘superficial’ dos acontecimentos seria intolerável para Braudel. Sob as circunstâncias em que esboçou sua obra – na prisão – foi psicologicamente necessário que olhasse além da curta duração” (Burke, 2010, p. 58). Sobre essa última crítica, nos aproximamos da reflexão de Jacques Rancière, para quem a morte do rei Filipe II, que aparece no livro de Braudel como uma coisa que não foi relatada em seu devido lugar na narrativa dos acontecimentos, marca, em um nível metafórico, a “morte” da história *événementielle*: “ele vai contar esse acontecimento, que não é acontecimento, fora do lugar que deveria pertencer. Sem dúvida, a lógica desse ilogismo é clara: deslocar o acontecimento, colocá-lo no fim, à beira do espaço em branco que separa o livro de sua conclusão, é transformá-lo em sua própria metáfora. Entendemos que a morte deslocada de Filipe II é a metáfora da morte de certa história, a dos acontecimentos dos reis. O acontecimento teórico com que o livro termina é o seguinte: a morte do rei não é mais acontecimento. A morte do rei significa que os reis estão mortos como centros

É somente com o declínio dos grandes paradigmas unificadores – marxismo e estruturalismo –, e a mudança paradigmática que daí resulta para o campo das ciências humanas e sociais,¹⁶⁹ que assistimos a um maior interesse dos historiadores pelas reflexões de Paul Ricoeur,¹⁷⁰ sobretudo com a publicação da trilogia de *Temps et récit* entre 1983 e 1985 com a qual os historiadores tiveram que lidar a partir das aproximações evidenciadas pelo filósofo entre a temporalidade da historiografia e a temporalidade evocada pelo discurso literário.¹⁷¹ Além, é claro, de sua obra mais robusta e completa sobre a História, concebida como análise dos resíduos reflexivos deixados em *Temps et récit*, que concerne no problema da memória, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, publicada em 2000. Porém, como procuramos problematizar, desde os anos 1950 Ricoeur já mostrava profícuas análises sobre a história e a historiografia sob

e forças da história” (Rancière, 2014, p. 16). Evidentemente que essa história dos acontecimentos não foi de fato assassinada pela empresa de uma história total. Contudo, em sentido metafórico, marcou efetivamente um recuo desse tipo de história, o que não nos arremessa, como consequência, na direção de uma falsa objetividade, uma vez que, tomando o *Mediterrâneo* de Braudel como exemplo, o acontecimento não é de fato extinguido, sendo-lhe atribuído significativo espaço na obra, mesmo que de maneira demasiadamente inferior em importância às estruturas quase imóveis e aos movimentos de conjuntura. Evidencia, portanto, que a história nesse momento focou seus interesses em outra direção, mantendo-se ainda histórica, tensionada nessa virtualidade evocada por Ricoeur, entre o particular e o geral, o nível das estruturas e dos acontecimentos. Para nós, a exortação do filósofo vai na direção da antropologia estruturalista, para a qual Braudel buscou responder por meio da noção de longa duração.

169 Dosse (2018).

170 Dosse (2017a, p. 72).

171 Como mostra a tese central: “O mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como repetiremos várias vezes no curso desta obra: o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (Ricoeur, 1994, p. 9).

um ponto de vista filosófico sem praticar a famigerada filosofia da história de tipo especulativo, uma vez que manteve suas reflexões soerguidas aos métodos e procedimentos historiográficos.¹⁷²

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço evocado por essa pesquisa visou pôr em diálogo duas disciplinas que pouco conversam entre si. Seriam História e filosofia dois universos de saber estritamente estranhos um ao outro? Os temas e questionamentos levantados pela filosofia não teriam de fato pertinência operatória para a prática historiográfica? A desconfiança que paira sobre a filosofia da história, comumente relacionada a uma de suas vertentes, a especulativa, totalizadora do sentido histórico e evocadora de uma finalidade, despertou, como disse Marrou, um complexo de inferioridade dos historiadores com relação à filosofia? Ou seria o contrário, haveria um complexo de superioridade, uma vez que seriam mais ligados ao empírico ou ao “chão da história” do que os filósofos?

Como demonstramos por meio das teses ricourianas em suas primeiras reflexões sobre a historiografia, é possível que haja diálogo produtivo, mesmo mantendo em pé de separação os campos heterogêneos de atuação de cada disciplina. Como não deixou de evocar reiteradas vezes, quem melhor pode refletir sobre o ofício de historiador é o próprio artesão de sua ciência, assim como quem pode qualificar uma filosofo-
172 “O mister de historiador nos tinha parecido suficiente ao discernimento da boa e da má subjetividade do historiador; a responsabilidade da reflexão filosófica seria talvez de discernir a boa e má objetividade da história; pois é a reflexão que nos assegura sem cessar que o *objeto* da história é o próprio *sujeito* humano” (Ricoeur, 1968, p. 44, grifo do autor).

fia da história adequada ou não é o próprio filósofo, pois opera uma leitura da história a partir da liberdade interpretativa de sua área, constituindo por definição uma leitura de segundo grau subordinada a um ato de responsabilidade filosófica. Dois campos, duas métricas, dois estilos que, apesar de diferentes, podem dialogar, não obstante suas complexidades e especificidades internas. Ricoeur nos mostra que a diferença entre essas duas áreas do conhecimento humano pode ter um ponto de convergência nos alertas que podem e devem fazer uma à outra. Pelo lado da filosofia, “a história dos historiadores recorda ao filósofo sobre que contra-senso se baseia todo sentido”.¹⁷³ Pelo lado da história, “é a reflexão (filosófica) que nos assegura que o *objeto* da história é o próprio *sujeito* humano”.¹⁷⁴

A proposta de Ricoeur se mostra, portanto, bem clara: é sobre qualquer tipo de totalização do sentido que tanto a história e quanto a filosofia devem se aliar em um diálogo pertinente às duas áreas. Se, por um lado, Ricoeur evidenciou uma bifurcação aporética dentro da história da filosofia que pratica uma filosofia da história inconfessada, à moda hegeliana, que se manifesta pelo ecletismo e pela sistematização, e uma outra história da filosofia que quer compreender seus autores pela singularização cada vez mais íntima e a-histórica, por outro, nos mostrou que também a historiografia pode pender para um modelo estrutural ou para uma abordagem dos acontecimentos, entre as continuidades e as rupturas. Para ambas as histórias, chegar ao absoluto da sistematização total ou ao absoluto das singularidades arrancaria delas seu caráter eminentemente humano e histórico.

173 Ricoeur (1968, p. 40).

174 Ricoeur (1968, p. 44, grifo do autor).

A abordagem de Ricoeur é em outra perspectiva exemplar aos filósofos da história que se aventuram a refletir sobre as dinâmicas ou até mesmo o sentido das experiências dos homens no tempo. Diferente da maioria de seus pares que tratam do tema, o filósofo francês leu os historiadores, os indagou e os colocou em lugar de admiração e respeito disciplinar. Os historiadores para Ricoeur não foram ignorados ou tratados com desprezo. Ao contrário, foi a partir de uma “muralha de rigor e de modéstia da disciplina histórica” que Ricoeur apoiou todos os seus ensaios em *História e Verdade*.

Por outro lado, a abordagem do filósofo é exemplar também aos historiadores de ofício, pois os adverte acerca do benefício que eles próprios podem tirar de uma retomada filosófica sobre seu próprio trabalho. O historiador que despreza a reflexão de seu ofício, segundo Ricoeur “não é ele apenas esclarecido demasiado tarde a respeito das ambiguidades inerentes à sua empresa, mas também sobre sua intenção fundamental”.¹⁷⁵

Os textos selecionados de *História e Verdade* que aqui analisamos, longe de demarcar antagonismos entre história e filosofia, demonstraram, pelo contrário, uma afinidade profunda entre as duas maneiras de interpretar a história dos homens que agem e sofrem. Isto nos faz indagar sobre sua pouca notoriedade nos círculos da intelectualidade historiográfica, tanto na época de sua publicação como na atualidade.

Uma primeira razão para seu desconhecimento ou ignorância tenha sido mesmo a desconfiança que os historiadores franceses tinham com a filosofia da histó-

175 Ricoeur (1968, p. 44).

ria, que, apesar de seu recuo, atualmente ainda exerce bastante influência mundo afora, sobretudo em países fortemente marcados pelo prestígio alcançado pelo movimento dos *Annales*.

Uma segunda razão seria a própria constituição da obra como uma recolha de ensaios sem encadeamento prévio de uma temática ou problema. Apesar de um encadeamento “rítmico” evocado por seu autor, *História e Verdade* passa ao largo das análises extensas e inovadoras de *Tempo e Narrativa*, até mesmo por sua imponência material e sobretudo conceitual. Vale dizer ainda que o momento de publicação das duas obras se distingue gritantemente, o que nos remete à terceira razão de seu descrédito entre os historiadores.

O contexto de publicação de *História e Verdade* se mostrou inviável para sua notoriedade. Como mostramos no fim do terceiro capítulo, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo sucesso estrondoso das teses fiscalistas, objetivistas, dos grandes paradigmas unificadores e metanarrativos, como o marxismo e o estruturalismo. Pouco espaço havia, portanto, para a “longa trilha hermenêutica” de Ricoeur, que fazia críticas a essas teses.

O que o nosso trabalho espera ter demonstrado ao leitor é que, mesmo antes da publicação de *Tempo e Narrativa* (1983-1985), que permitiu a Ricoeur “um retorno espetacular para o palco principal da intelectualidade francesa”,¹⁷⁶ principalmente ao círculo intelectual de historiadores franceses, ele já tinha realizado uma reflexão sobre a historiografia, estabelecendo um diálogo frutífero entre historiadores e filósofos. O que talvez possamos oferecer com esse trabalho é o estímulo

176 Dosse (2017b, p. 473).

lo para outros pesquisadores sobre possíveis relações entre esses primeiros escritos e as obras mais maduras do autor.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARON, Raymond. **Introduction à la philosophie de l'histoire**: essai sur les limites de l'objectivité historique. 15 ed. Paris: Gallimard, 1957.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andrea Dore. Bauru: Edusc, 2006.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 1, n. 2, maio/ago. 2010.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Apresentação de Lília Moritz Schwarcz; tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONA, Aldo Nelson. **História, verdade e ética**: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava: Unicentro, 2012.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Filipe II (Extraído do prefácio). In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

BRAUDEL, Fernand. Posições da História em 1950. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005b.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. Tradução de Derley Menezes e Francine Lehelski. São Paulo: LiberArs, 2017.

DOSSE, François. **A história**. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: Edusc. 2003.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral; revisão técnica de Marcia Mansor D'Alessio. Bauru: Edusc, 2007.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. Traduzido de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2017a.

DOSSE, François. **Paul Ricoeur: os sentidos de uma vida (1913-2005)**. São Paulo: LiberArs, 2017b.

DOSSE, François. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Unesp, 2018.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Tradução de Leonor Marinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GINZBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. (org.) **O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GRONDIN, Jean. **Paul Ricoeur**. Tradução de Sybil Safdie Douek. São Paulo: Loyola, 2015. (Coleção leituras filosóficas)

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2001.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mario Vilela. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 11-12.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. *In*: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Apresentação de Lília Moritz Schwarcz; tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 16.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

MALERBA, Jurandir. Estrutura, estruturalismo e história estrutural. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 19-55, 2008.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 15, agosto, 2014.

MARROU, Henri-Irenée. A história é inseparável do historiador. *In*: MARROU, Henri-Irenée. **Do conhecimento histórico**. Tradução de Ruy Belo. São Paulo: Martins Fontes, 1975b.

MARROU, Henri-Irenée. **Do conhecimento histórico**. Tradução de Ruy Belo. São Paulo: Martins Fontes, 1975a.

MENDES, Breno. Relações de força e relações de sentido: Michel Foucault e Paul Ricoeur revolucionam a historiografia. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 152-176, 2014.

MENDES, Breno. **Existência e linguagem**: o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur. 2019. 301 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2019.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH - São Paulo, julho 2011.

NASCIMENTO, Bruno dos Santos. Pós-modernidade, história e narrativa: alguns apontamentos sobre o círculo hermenêutico de Paul Ricoeur e sua relação com a narrativa historiográfica.

Revista Escrita da História, ano VII, v. 7, n. 13, jan./jun. 2020.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **O poema O Guesa, de Sousândrade, à luz da hermenêutica de Paul Ricoeur**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. Subjetividade e verdade em história. **Revista Expedições: Teoria & Historiografia**, v. 6, n. 2, agosto/dezembro de 2015.

PAUL, Herman. Tudo está estremecido: por que a filosofia da história floresce em tempos de crise? **Faces da história**, Assis, v. 1, n. 2, p. 73-80, jul-dez, 2014.

PETIT, Maria da Penha Villela. Pensando a História. De *História e Verdade à Tempo e Narrativa*, **Multitextos**, ano 1, n. 5, p. 6-15, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poética do saber. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Unesp, 2014.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, José Carlos. **História da consciência histórica ocidental contemporânea**: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Tradução de F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 3). Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997a.

RICOEUR, Paul. **Autobiografia Intelectual**. Tradução de Patricia Willson. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1997b.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 1). Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 2). Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história

das ideias. *In*: SKINNER, Quentin. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Algés-Portugal: DIFEL, 2005.

TUCKER, Aviezer. Introduction. TUCKER, Aviezer (ed.). **A Companion to the Philosophy of History and Historiography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

WALSH, W.H. **Introdução à filosofia da história**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1978.

Bruno dos Santos Nascimento



Bruno dos Santos Nascimento. Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (2023). Membro do grupo de estudos História, Cultura Letrada e outras Linguagens (HILL), onde desenvolveu pesquisa como bolsista PIBIC Voluntário (2019-2020) sobre a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis e seu romance *Úrsula* (1859). Tem experiência e interesse nas áreas de Teoria da História, História da Historiografia, Filosofia da História, História Intelectual e História/Literatura.

ALGUMAS OBRAS DO AUTOR

NASCIMENTO, Bruno dos Santos; CAMPOS, Marize Helena de. *Fake news: de problema social à instrumento crítico no ensino de História*. In: BUENO, André; NETO, José Maria. (org.). **Ensino de história: mídias e tecnologias**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020. p. 79-85.

NASCIMENTO, Bruno dos Santos. Pós-modernidade, história e narrativa: alguns apontamentos sobre o círculo hermenêutico de Paul Ricoeur e sua relação com a narrativa historiográfica. **Revista Escrita da História**, v. 7, p. 164-188, 2021.

SILVA, Régia Agostinho da; NASCIMENTO, Bruno dos Santos; Oliveira, P. L. Letras negras importam: Maria Firmina dos Reis e seu romance *Úrsula*. In: VASCONCELOS, Eduardo; FERNANDEZ, Raffaella; AGOSTINHO, Régia. (org.). **Direito à literatura negra: história, ficção e poesia**. Teresina: Cancioneiro, 2022, p. 1-194.



CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas

- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Gerson Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montão
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelman
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airosa da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ïkue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermittências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari

- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D’Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odello Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moisés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa

- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Depois deste planeta: (T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutyrá de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moysés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bóe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Eloir Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella

 UNISINOS